

ASSEGURAR AS POSIÇÕES CONQUISTADAS PELAS
FÔRÇAS NACIONALISTAS DENTRO DO GOVÊRNO!

Legalidade Democrática Para Derrotar o Golpismo

NÃO tendo logrado sair vitoriosos da crise que provocaram, nos últimos dias do mês findo, nem porisso recuaram os golpistas de seus propósitos. Insistem na conspiração visando afastar do governo os setores que veem adotando uma nitida posição democrática e nacionalista, o que, sem duvida alguma, retiraria ao governo base popular e o colocaria a mercê do golpismo. Este é o objetivo da insidiosa campanha contra os setores democráticos e nacionalistas que participam do governo ou o apóiam, campanha que se concentra sobre o Ministro da Guerra, que, a frente do Exército, vem opondo, desde o movimento de novembro, enérgica resistência a todas as manobras golpistas e cujo afastamento, por isso mesmo é, para estes, o primeiro objetivo a conquistar.



NÃO é, evidentemente, por acaso, que o agravamento da situação política nacional corresponde a um intenso aguçamento da situação internacional, seguido a provocação imperialista contra o Egito que, no momento, se procura continuar na Síria e em um novo acento à guerra Iria. Esse agravamento da situação mundial facilita a pressão imperialista norte-americana sobre o governo brasileiro, do qual o Departamento de Estado, em nome dos monopólios iníquos e de seus interesses, exige agora novas e maiores concessões, inclusive no terreno militar, como bases em nosso território. A esses fatores vem somar-se os êxitos obtidos pelas forças democráticas e nacionalistas, de dentro e de fora do governo, na salvaguarda dos interesses e da soberania nacionais, êxitos que se expressam em medidas de cunho nacionalista como, por exemplo, a nova política nuclear, a manutenção e fortalecimento da Petrobrás, etc. e enfraquecem as posições do imperialismo no país, levando-o a intensificar suas manobras sutis. A ofensiva golpista é, em sua essência, uma ofensiva do entreguismo, cujo fim é restabelecer e ampliar as posições do imperialismo em nossa terra. Está claro, para todos, que os golpistas constituem, entre nós, a brigada de choque do entreguismo e que o golpe é o instrumento pelo qual os imperialistas procuram instaurar, com o terror, sua dominação no Brasil.

NÃO se pode perder de vista, ante tudo isso, que as manobras golpistas vêm sendo facilitadas pelo fato de que a unidade das forças nacionalistas, patrióticas e democráticas, de dentro e de fora do governo, não está avançando e fortalecendo-se no ritmo desejável, possível e necessário. É evidente que, para isso, contribuem, em grau considerável, as vacilações do sr. Kubitschek, com as suas concessões aos golpistas, sobretudo no terreno das liberdades democráticas. Tais concessões, que resultam em atos inconstitucionais e arbitrários, como o fechamento de organizações patrióticas e democráticas, criam empecilhos a uma participação ativa das massas populares na vida política, enfraquecem o governo e, por sua vez, facilitam novas e maiores concessões.

REFORÇAR e ampliar a unidade dessas forças, levar à ação política as grandes massas trabalhadoras e populares é, pois, a condição para derrotar as manobras golpistas e para que o governo possa assegurar ao país um período de paz e progresso. O que é necessário fazer, agora, é lutar contra as restrições às liberdades democráticas, pela consolidação das medidas nacionalistas já adotadas e por novas medidas em defesa dos interesses e da soberania nacional. Som esse objetivo os trabalhadores e o povo — e sua vanguarda, os comunistas — darão apoio decidido aos democratas e patriotas que se encontram no governo, às forças políticas democráticas e aos chefes militares que constituem, no momento, um dos principais sustentáculos da Constituição e que, porisso, são alvo das intrigas e manobras golpistas que pretendem afastá-los do caminho para mais facilmente avançar. Compreendendo o sentido dessa manobra é que a opinião pública democrática pronuncia-se no sentido de que não deve ser cedida nem uma só posição conquistada pelas forças nacionalistas dentro do governo. Isso impõe a luta contra a discriminações políticas injustas que separam brasileiros de brasileiros e criam obstáculos à unidade, pela plena vigência de todas as garantias constitucionais à livre manifestação do pensamento e ao direito de associação, sem o que é impossível a participação efetiva do povo e dos trabalhadores na vida política nacional.

VOZ OPERÁRIA

Nº 395 — RIO DE JANEIRO, 8 DE DEZEMBRO DE 1956



CARNE E MANTEIGA PARA A HUNGRIA

O governo soviético está prestando uma fraternal ajuda gratuita à República Popular Húngara. Aparecem nas fotos aspectos da remessa de 2.000 toneladas de manteiga, remetidas pelo combinado de Lvov, e 3.000 toneladas de carne, pelo combinado de Poltava. Muitos outros gêneros alimentícios são enviados em vagões-frigoríficos. Preparando uma partida de gêneros com destino à Hungria vêm-se os trabalhadores dos frigoríficos de Poltava, A. Scherbina, chefe de máquinas, G. Tupkalo, pesador da estação de Poltava-Kiévskaia, e I. Gordiúkin, chefe da oficina dos frigoríficos, em plena ação. (TASS)



VIII Congresso do P. C. Italiano

O Partido Comunista Italiano, comprovado lutador contra a ditadura fascista de Mussolini e líder da resistência e da guerra de libertação, está realizando o seu VIII Congresso, iniciado a 8 do corrente.

A reunião foi precedida de amplos debates, a partir das bases, sobre as conseqüências do XX Congresso do PCUS, realizando-se profundo balanço sobre as atividades gerais do Par-

tido. Os dois principais documentos que estão sendo discutidos pelos comunistas italianos são o projeto de teses publicado sob o título "Por uma via italiana para o socialismo" e uma Declaração Programática tendo como ponto de partida que "criou-se no mundo uma nova situação" e que "uma situação nova está em desenvolvimento em nosso país".

Uma particularidade destinada a acelerar o atual processo democrático em curso no movimento comunista italiano é que para a elaboração das teses foi designada uma comissão, sendo o resultado dos trabalhos discutido diretamente pelas organizações partidárias e, a seguir, remetido ao Congresso. Palmiro Togliatti, secretário-geral do Partido, fará o principal informe na sessão plenária do VIII Congresso do PCI.



Na presente edição da VOZ OPERÁRIA iniciamos a publicação do projeto de teses do PCI, importante documento político para o qual chamamos a atenção de nossos leitores.



Uma Discussão Que Reflita os Problemas Atuais

ARTIGOS DE:

Caio Gabriel - Sobre o Projeto de Resolução
Ernesto Luiz Maia - A Carta de Prestes e o Debate
José Gorender - Quando o Partido é Tudo



POR UM CAMINHO ITALIANO PARA O SOCIALISMO

PROJETO DE TESES PARA O VIII CONGRESSO DO P.C.I.

(Leia na Pág. 11)

DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE AS CONVERSACÕES ENTRE AS DELEGAÇÕES DO CC DO PCUS E DO GOVERNO DA UNIÃO SOVIÉTICA, E DO CC DO POUP E DO GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA POLÓNIA

De 15 a 18 de novembro de 1956, realizaram-se em Moscou conversações entre a delegação do CC do PCUS e do Governo da União Soviética e a delegação do CC do POUP e do Governo da República Popular da Polónia.

Do lado soviético, participaram das conversações o primeiro secretário do CC do PCUS, N. S. Krushchiov, (chefe da delegação) e os seguintes membros do Presidium do CC do PCUS: K. E. Vorochilov, presidente do Presidium do Soviet Supremo da URSS; N. A. Bulgáin, presidente do Conselho de Ministros da URSS; A. I. Mikolain e M. Z. Saburov, primeiros vice-presidentes do Conselho de Ministro da URSS.

Do lado polonês: o primeiro secretário do CC do POUP, Vladislav Gomulka (chefe da delegação), e os seguintes membros do Biró Político do CC do POUP: Alexandre Zavadski, presidente do Conselho de Estado da República Popular da Polónia; Josef Cyrankiewicz, presidente do Conselho de Ministros; e Stefan Endrychowski, presidente da Comissão estatal de planificação económica.

Estiveram também presentes: do lado soviético, o marechal G. K. Jukov, candidato a membro do Presidium do CC do PCUS e ministro da Defesa da URSS, os ministros da URSS B. P. Betchev, A. G. Zveriev e I. G. Kabanov, o chefe da Administração Central das relações económicas K. I. Kovalie, o vice-ministro do Interior da URSS, N. S. Patolichev, o embaixador da URSS na Polónia, P. K. Ponomarenko, o general de exército A. I. Antonov, o chefe da seção jurídica do Ministério do Interior G. I. Tunkin; e, do lado polonês, o membro do CC do POUP Evgueni Shir, o vice-ministro das finanças Vitold Trompchinski, o diretor geral do Ministério do Interior Maria Verna e o diretor geral do Ministério das Finanças, Henrique Kotlitski.

I

As entrevistas e conversações, que ocorreram em clima de cordialidade e amizade e no espírito de compreensão mútua e franqueza, permitiram uma proveitosa troca de opiniões em torno do desenvolvimento e consolidação das relações entre a União Soviética e a República Popular da Polónia, e também sobre importantes questões internacionais.

A troca de opiniões entre as delegações evidenciou o desejo mútuo de basear as relações entre o Partido Comunista da União Soviética e o Partido Operário Unificado Polonês nos princípios leninistas da igualdade de direitos dos povos, e mostrou a semelhança de pontos de vista da URSS e da Polónia na apreciação dos problemas fundamentais da situação internacional contemporânea.

As duas delegações consideram que os círculos agressivos de alguns Estados tentam desfazer o relativo afrouxamento da tensão internacional conseguido nos últimos anos. É uma expressão dessa política a agressão da Inglaterra, França e Israel ao Egito, país que só há pouco se libertou do jugo do colonialismo e que aspira a consolidar sua liberdade e independência nacional.

As duas delegações declaram que a agressão contra o Egito não pode ser de nenhum modo justificada. Concerne um ataque que acarretou muitas vítimas e prejuízos, obstruiu o Canal de Suez, de grande importância para as comunicações internacionais, inclusive para a URSS e a Polónia, e, além disso, agravou a situação no Oriente Próximo e em todo o mundo.

As duas delegações declaram que os Estados que desencadearam a guerra devem, de acordo com a resolução da ONU, retirar suas tropas do território egípcio. A União Soviética e a Polónia apoiarão, por todos os meios, as justas reivindicações do Egito.

As duas delegações consideram anormal a situação em que um grande país como a República Popular da China continua privado, por culpa dos círculos imperialistas de alguns países, de seu legítimo lugar na ONU, o que obstaculiza a solução de inúmeros e importantes problemas internacionais. A União Soviética e a Polónia farão todo o possível para conseguir o restabelecimento dos legítimos direitos da República Popular da China na ONU e vêem nisso uma das mais importantes condições para transformar a ONU em um efetivo instrumento internacional de manutenção da paz mundial.

As duas delegações consideram que, com o atual agravamento da conjuntura internacional, todos os Estados e, sobretudo, as grandes potências devem fazer esforços que objetivem acordos sobre a redução das forças armadas e dos armamentos, a proibição das armas atômicas e de hidrogénio, a liquidação das bases militares em territórios estrangeiros e a redução substancial das forças armadas dos EE. UU., Inglaterra, França e URSS na Alemanha. As duas partes acreditam que a proibição das experiências com armas atômicas e de hidrogénio poderia ser um importante passo para a redução da tensão internacional e a criação de uma atmosfera de confiança entre os Estados. A consecução de acordos sobre o desarmamento, sem dúvida alguma, contribuirá também para a criação das condições necessárias à solução de importantíssimos problemas internacionais, entre os quais o problema alemão e as questões da segurança coletiva da Europa, no que estão profundamente interessados não apenas a União Soviética e a Polónia, mas também todos os povos europeus.

A União Soviética e a Polónia envidarão todos os esforços para solucionar o problema do desarmamento no interesse dos povos e da paz mundial.

As duas delegações trocaram opiniões sobre os acontecimentos na Hungria. Elas expressam a confiança de que a classe operária húngara e todo o povo húngaro encontrarão em si as forças suficientes para defender as conquistas do regime democrático-popular. A União Soviética e a Polónia prestarão apoio ao governo revolucionário operário-camponês, cujo programa proclama a rutura com os nefastos erros da política do anterior governo de Rakosi e visa o desenvolvimento da democracia socialista e o fortalecimento da colaboração fraternal com os outros países socialistas, à base da completa igualdade de direitos e do respeito à soberania estatal. As delegações observam que certas resoluções sobre a questão húngara aprovadas na ONU não têm o objetivo de ajudar ao povo húngaro e servem, ao invés disso, para desviar a atenção dos povos da agressão contra o Egito.

II

No decorrer de conversações amistosas, ambas as delegações examinaram detalhadamente e discutiram em todos os seus aspectos as relações que se constituíram atualmente entre os Estados soviético e polonês.

Os dois lados consideram que a Declaração do Governo Soviético, de 30 de outubro de 1956, sobre as bases do desenvolvimento e ulterior reforço da amizade e cooperação entre

a União Soviética e os outros Estados socialistas tem importante significado para as relações entre os países socialistas. Os princípios expressos nessa Declaração correspondem às resoluções que, sobre essas questões, foram aprovadas pelo VIII Pleno do Comitê Central do POUP, e à política do governo polonês. Durante as conversações, as duas partes dedicaram especial atenção ao desenvolvimento e fortalecimento ulteriores da amizade entre os povos soviético e polonês e expressaram a crença de que a união inquebrantável e a amizade fraternal entre a URSS e a Polónia se ampliarão segundo os princípios da completa igualdade de direitos, do respeito à integridade territorial, independência e soberania estatais e da não ingerência nos assuntos internos. A aliança soviético-polonesa, na qual estão igualmente interessados tanto o povo soviético como o povo polonês, é uma firme garantia de sua segurança. Essa aliança é um importante fator de reforço da independência da República Popular da Polónia e da inviolabilidade de suas fronteiras no Oder e Neisse, fronteiras de paz.

Os dois lados estão profundamente convencidos de que a consequente observância dos princípios acima, sobre a colaboração entre a URSS e a Polónia, contribuirá para o contínuo fortalecimento da aliança entre os dois Estados e para a consolidação da unidade do campo socialista e da paz na Europa.

III

Durante as conversações, foram pormenorizadamente examinadas as questões das relações económicas entre a URSS e a Polónia, à luz da Declaração do Governo Soviético sobre as bases do desenvolvimento e ulterior consolidação da amizade e colaboração entre a União Soviética e outros países socialistas. Os dois lados declaram a sua decisão de desenvolver e fortalecer a cooperação económica entre ambos os países à base da igualdade de direitos, vantagens recíprocas e relações fraternais.

As conversações evidenciaram a existência de certas irregularidades financeiras nas relações entre os dois países nos últimos anos.

As duas partes, baseando-se em seus interesses recíprocos, concordaram em considerar liquidada a dívida da Polónia, existente em 1º de novembro de 1956, referente às importâncias utilizadas como créditos concedidos pela União Soviética à Polónia, e em pagar o valor total do carvão fornecido pela Polónia à União Soviética no período de 1946 a 1953 à base do Acordo de 16 de agosto de 1945. Chegou-se a acordo também quanto à regularização dos cálculos financeiros dos transportes ferroviários, quanto aos pagamentos não comerciais e outros.

O governo da URSS concordou em fornecer à Polónia, em 1957, 1 milhão e 400 mil toneladas de trigo. Esse fornecimento será feito a crédito.

O governo soviético concordou também em conceder à República Popular da Polónia um crédito a longo prazo no valor de 700 milhões de rublos para pagamento das mercadorias fornecidas pela União Soviética a Polónia, de acordo com a relação estabelecida pelas duas partes.

IV

As delegações discutiram as questões relacionadas com o estacionamento temporário de unidades das tropas soviéticas em território polonês.

As duas partes constataram que até então não se conseguiu chegar a acordos que dessem aos países europeus a suficiente garantia contra o renascimento do militarismo alemão. A prolongada disputa das forças revanchistas em torno da justiça das atuais fronteiras entre os Estados europeus, e principalmente da fronteira ocidental da Polónia, constitui também uma causa essencial que dificulta a normalização das relações na Europa.

As duas partes chegaram à conclusão de que esse estado de coisas, bem como a atual situação internacional, faz com que a presença temporária de unidades do exército soviético em território polonês seja ainda oportuna, o que está relacionado com a necessidade de manter tropas soviéticas na Alemanha, na base de acordos e tratados internacionais.

Fica estabelecido que as duas partes se consultarão, de acordo com o desenvolvimento da situação internacional, quanto às questões relativas à permanência de tropas soviéticas em território polonês, bem como de seu efetivo e composição.

Simultaneamente, as duas partes reconhecem os seguintes princípios que determinam o status dessas unidades em território polonês:

— o estacionamento provisório de tropas soviéticas na Polónia não pode, de nenhum modo, ferir a soberania do Estado polonês e nem pode levar à interferência dessas tropas nos negócios internos da República Popular da Polónia;

— O deslocamento e o efetivo das tropas soviéticas são definidos por acordos especiais entre as duas partes;

— a movimentação das unidades militares soviéticas fora dos lugares de seu deslocamento exige acordo por parte do Governo polonês ou de outros órgãos governamentais poloneses competentes;

— as unidades militares soviéticas, situadas em território polonês, as pessoas que as compõem, bem como suas famílias, estão obrigadas a respeitar e observar as instruções das leis polonesas. Os limites das jurisdições polonesa e soviética em relação ao pessoal das unidades militares soviéticas na Polónia serão estabelecidos por acordos especiais;

— os prazos, as rotas de movimentação e a ordem de trânsito das tropas soviéticas através do território da República Popular da Polónia serão estabelecidos por acordos entre as duas partes.

(CONCLUI NA 8ª PAG.)



As Ameaças Imperialistas à Síria

Antes mesmo que se possa considerar solucionada a crise provocada pela agressão anglo-franco-israelense ao Egito, a bússola dos agressores começa a apontar para a Síria. São sintomáticas, a respeito, as declarações do chanceler turco Mendères segundo as quais pode ser necessário ao Iraque "recorrer às armas para evitar que a Síria se converta em satélite soviético no Oriente Próximo".

Para melhor compreensão do problema deve-se ter em mente que um dos fatores fundamentais do malogro da aventura colonialista no Egito foi a solidariedade árabe, que neutralizou esses governos comprometidos com a Grã-Bretanha ou os pôs em nítida posição antiimperialista (caso do Iraque) devido à pressão interna e externa que sobre eles se exerceu. Se, por um lado, a utilização de Israel apresentou para os imperialistas a vantagem de contar com um exército moderno e aguerrido, por outra parte, alienou-lhes as derradeiras simpatias com que podiam ainda contar em algumas nações árabes, para as quais o Estado judeu converteu-se em permanente motivo de inquietação e insegurança, por motivo da absconsa política dos homens dominantes em Tel Aviv. Dessa maneira, o Pacto de Bagdá, patrocinado por Londres, entrou em verdadeira bancarrota e o governo do Iraque não só não pôde apoiar os agressores (encorajar Israel seria, aliás, o caminho do suicídio) mas teve de postar-se em atitude antibritânica: suas tropas entraram em território da Jordânia para cobrir a fronteira israelense e foi ainda por exigência iraquiana que o Conselho do Pacto de Bagdá excluiu, praticamente, a Inglaterra de algumas de suas considerações.

Outro elemento de grande importância na crise é a posição unida que mantiveram os principais países árabes da região: Egito, Síria e Arábia Saudita. Esses Estados têm um comando único determinado por seu pacto de assistência mútua e desenvolvem esforços coordenados sobre muitos problemas da região. Os êxitos dessa ação conjunta fizeram-se bem visíveis, por exemplo, no deslocamento da Jordânia da influência britânica, culminada com a espetacular deportação de Glubb Pasha. Os "três grandes" árabes estreitaram gradativamente a amizade e o intercâmbio com a União Soviética e os demais países socialistas que lhes prestam apoio na luta pela independência. Esses países árabes que se tornaram os principais pilares da renovação política no Oriente Próximo são, hoje, suficientemente fortes para conter e derrotar qualquer velocidade de Israel,

desde que não intervenham terceiras potências, o que seu prontamente na crise egípcia.

Assim, na complexidade do jogo político da região, temos três centros definidos: grupo egípcio-sírio-saudita, com declaração política nacionalista e antibritânica, grupo do Pacto de Bagdá, sob a égide inglesa, compreendendo o Iraque e o Irã, além da Turquia e do Paquistão; Israel, que é um caso à parte, hostilizado por todos os países árabes e a todos ameaçando, não pelas condições intrínsecas de sua existência mas, de fato, pelo rumo que imprimem a sua política os dirigentes da marca de Ben Gurion ou Moshe Sharret. O traço marcante da evolução desses países nos últimos tempos é a crescente influência dos governos do Cairo, Damasco e El Riad, em cuja volta se agrupam o Líbano e a Jordânia e que exercem forte atração sobre as massas e as correntes nacionalistas do Iraque e do Irã. Concomitantemente, decresce o prestígio britânico e aumentam as influências norte-americana e soviética (principalmente esta última, que se baseia na igualdade de direitos) naquela região.

Um golpe feliz contra a Síria, sobretudo se oriundo do rompimento da frente inter-árabe a que se incorporou o Iraque durante a crise de Suez reforçaria as posições inglesas. Pretendendo assumir o triste papel de Ben Gurion, Nuri Said, ditador do Iraque, busca abrir o caminho para a intervenção imperialista na Síria, da mesma forma que Israel o fez para a agressão ao Egito. No fundo, é a mesma partida que continua a ser jogada no Oriente Próximo, tendo como base a contradição entre os países subdesenvolvidos e as grandes potências capitalistas.

Uma agressão à Síria poria em risco a paz mundial e renovaria a crise internacional em um plano mais perigoso. Devemos, por isso, concluir que ela embora possível não deve ser considerada provável a não ser que o Governo de Damasco demonstrasse uma instabilidade que nada está a indicar. O decidido apoio demonstrado pela URSS aos árabes, os sistemas de defesa vigentes naquela parte do mundo entre os países que afirmam a própria independência e a cautela com que vêm agindo os Estados Unidos parecem indicar que os ingleses desistirão da empreitada, no momento. A retirada das forças invasoras do Egito é, quanto a isso, mais elemento de convicção.

Utilizando Vacilações do Governo Tenta-se "o Golpe Por Etapas"

O governo do sr. Juscelino Kubitschek contornou a chamada «crise militar» aberta artificialmente, há duas semanas, pela campanha de intrigas do conhecido grupo golpista. Contornou-a fazendo concessões, como a ordem de fechamento da Frente de Novembro, organização que se fixava o objetivo de unificar os setores populares para a resistência às tentativas de interrupção do processo democrático no país. É verdade que, simultaneamente, o sr. Kubitschek determinava o fechamento do «Clube da Lanterna», um dos vespeiros da conspiração golpista.

Concessão Perigosa

É evidente, entretanto, que praticamente nenhuma significação tem, no combate à subversão golpista, o fechamento de uma entidade como o Clube da Lanterna, cuja

SEMANA POLÍTICA

O deputado padre Meideiros Neto apresentou à Câmara um projeto destinado a restringir o número de partidos políticos no país. É um projeto infeliz que contraria posições democráticas anteriormente adotadas por aquele parlamentar.

Na realidade, nada há de mais reacionário, nas condições atuais de nosso país, do que qualquer restrição à livre constituição e ao livre funcionamento dos partidos políticos. Não é, de nenhum modo, como argumenta o deputado Meideiros Neto, o "número excessivo" de partidos que empenha o funcionamento das instituições representativas previstas pela Constituição. É, precisamente, a discriminação odiosa e inconstitucional existente contra o livre funcionamento de todos os partidos políticos que mina as bases das instituições representativas e dificulta que elas expressem, de maneira cada vez mais aproximada as legítimas aspirações do povo.

Esta discriminação é também responsável, em grande parte, pelo fato de as lutas políticas em nosso país se travarem, geralmente, fora e acima dos quadros partidários. A proibição ao funcionamento de determinados partidos impede uma polarização mais acentuada das forças partidárias e que os sentimentos e aspirações políticas de grande parte do povo encontrem sua expressão dentro dos quadros dos partidos. Daí o dilaceramento dos atuais quadros partidários legais em alas e sub-alas, cada vez mais numerosas. Sucede mesmo que a ala de um partido partido tem maiores afinidades com grupos existentes noutros partidos do que em sua própria agremiação política. Tome-se, por exemplo, o caso da corrente nacionalista existente, hoje, na maioria dos quadros partidários: ela está totalmente diferenciada dos grupos entreguistas desses partidos, contra os quais tem de lutar, não só internamente, mas abertamente, inclusive dentro do parlamento. É fora de dúvida que as dificuldades ainda opostas à livre organização partidária entavam o processo de organização de uma corrente de tamanha expressão dentro de quadros nitidamente partidários.

Outro exemplo refere-se à organização política da classe operária. É fora de dúvida que a ilegalidade a que foi jogado o Partido Comunista constitui um sério empecilho a que se definam e adquiram maior expressão as correntes existentes no seio das massas trabalhadoras e possibilita que se mantenham mais ou menos tumultuados outros partidos que reivindicam o apoio das forças do trabalho.

DA CRIAÇÃO ARTIFICIAL DE «CRISES MILITARES» À PROVOCAÇÃO DO DEPUTADO ARMANDO FALCÃO COM O PROJETO DE LEI DE FIDELIDADE — PRESSÃO IANQUE SOB A COBERTURA DO «PERIGO DE GUERRA»

ação se tornava cada vez mais restrita, em face da repulsa que lhe opunha a esmagadora maioria do povo. Já, pelo contrário, ao ordenar o fechamento da Frente de Novembro, o sr. Kubitschek investiu contra uma organização que se dispunha a bater-se concretamente em defesa das franquias constitucionais e da soberania popular. Uma organização, portanto, na qual poderia apoiar-se o próprio governo para resistir — se assim o desejar — à conspiração golpista que se articula praticamente aos olhos de todo mundo, inclusive do próprio governo.

Por isso é necessário frisar que, contornando uma crise de superfície e totalmente artificial — a chamada «crise militar» — o sr. Kubitschek nem de longe concorreu para a estabilização da situação política, somente possível com medidas efetivamente democráticas que permitam a mais ampla união e mobilização das forças populares para esmagar quaisquer arremessos subver-

sivos dos grupos liberticidas.

A Técnica do «Golpe» por Etapas

É claro que o bando do golpe ainda não se atreve a apelar diretamente ao emprêgo da força para a liquidação das conquistas democráticas no país e a instauração de um regime de terror e opressão. Sabem os golpistas que o povo repele seus planos sangrentos e que seriam esmagadoramente derrotados, nas atuais condições, se tentassem jogar setores das forças armadas armadas contra a vontade do povo e as liberdades constitucionais.

Dal a técnica do «golpe por etapas» a que se entregaram.

O primeiro objetivo da conspiração é afastar do governo os setores democráticos e nacionalistas, particularmente o general Teixeira Lott, que hoje unifica esses setores dentro das forças armadas. O Ministro da Guerra, em face de sua firmeza em defesa da Constituição e da autoridade que conquistou perante o povo duran-

te os acontecimentos de novembro, representa atualmente, um dos principais fatores de estabilidade do governo e do regime representativo. Por isso tentam desesperadamente os golpistas afastá-lo de seu posto, visando assim, a romper a unidade das forças capazes de se oporem resolutamente ao golpe e de destruí-lo, se for tentado.

A Manobra de Armando Falcão

Foi isto que se tentou com a articulação da chamada «crise militar». A manobra foi desta vez liquidada, mas não quer dizer que, sentindo as vacilações do sr. Kubitschek, as viúvas do golpe tenham desistido de seus intuitos. Prosseguem nas intrigas contra o Ministro da Guerra, procurando comprometê-lo diante das forças políticas e da opinião democrática do país.

Dentro dessas manobras se enquadra a iniciativa do deputado Armando Falcão requerendo regime de urgência para o projeto fascista dito de «fidelidade à pátria». O projeto, como se sabe, é uma tentativa de introduzir o «macarthismo» no país, através de discriminações odiosas e inconstitucionais dentro das forças armadas, no serviço público e em quase todos os setores de atividade. A esmagadora maioria do povo e mesmo do Congresso o repele.

O sr. Falcão tenta ressuscitar o mostrengo usando indêbitamente o nome do Ministro da Guerra, que já o desautorou nesta empreitada. Por que o faz? Alé que se devem recordar as antigas ligações do sr. Falcão com Lacerda e o pessoal do golpe de 24 de agosto. Na verdade, o deputado pedesista está servindo aos manejos golpistas que visam ao isolamento do Ministro da Guerra, a fim de facilitar as pressões para a sua demissão.

Pressão Ianque

É preciso ainda compreender que esta investida golpista surge, justamente, no momento em que o imperialismo norte-americano tenta reiniciar a guerra fria e, sob sua cobertura, pressiona nosso governo no sentido de concessões de ordem política, econômica e militar. Assim é que, sob a ameaça de «perigo de guerra», tenta-se reformar as decisões do governo em relação à nossa política petrolífera e a política atômica. Procuram-se concertar acordos secretos para a construção de bases militares norte-americanas em território brasileiro, particularmente em Fernando Noronha. Estas exigências ianques têm encontrado oposição dos setores democráticos e nacionalistas do governo, sem falar na repulsa natural da esmagadora maioria do povo. Para liquidar esta resistência é que o imperialismo ianque apoia cada vez mais abertamente os bandos golpistas como massa de pressão para obter concessões do sr. Kubitschek, afastar os patriotas e democratas que se encontram dentro do governo e impor uma política reacionária e entreguista contra o povo.

Que Fazer?

Por isso é dever de todos os patriotas, neste momento, defender cada uma das posições já alcançadas pelas forças nacionalistas e progressistas, assim como defender as conquistas democráticas. Assim é necessário a mobilização e a união das mais amplas forças políticas e populares a fim de impedir as tentativas de modificação no governo que se destinam ao afastamento dos defensores da orientação nacionalista e democrática.

Declaração Dos Membros do Conselho do MBPP

FOI DIVULGADO PELA SECRETARIA do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz a seguinte nota: "Para examinar os últimos aconte-

cimentos internacionais e seus reflexos na situação interna do país, reuniram-se nos dias 1º e 2º do corrente, em sua sede no Rio de Janeiro, membros do Conselho Nacional do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz. Depois de prolongados debates, decidiram manifestar ao povo brasileiro seus pontos de vista sobre os assuntos ventilados durante os trabalhos.

Por unanimidade, resolveram apoiar a declaração da recente Conferência de Membros do Birô do Conselho Mundial da Paz e de representantes dos Movimentos Nacionais, reunida, em Helsinque, no dia 17 de novembro último. Consideraram que aquele documento reflete as aspirações de paz de todas as correntes de opinião que integram o Movimento Mundial.

Homologaram o pronunciamento da Diretoria do Movimento Brasileiro, expresso em sua nota de 13 de novembro findo, sobre a deliberação da ONU referente ao envio de uma Força Internacional de Polícia ao Egito para restabelecer a paz no Oriente Médio, com a retirada das tropas inglesas, francesas e israelenses do território daquela nação. Consideraram necessário que o apoio do Movimento Brasileiro às medidas adotadas pela Assembleia das Nações Unidas e as ressalvas à participação do Brasil na referida força continuem sendo, neste momento de tão rápidas mudanças no quadro dos acontecimentos mundiais, objeto permanente da aten-

ção de seus órgãos responsáveis. Verificaram ainda que a rigorosa observância do decreto legislativo, que autoriza a participação de um contingente do nosso Exército na expedição policial das Nações Unidas, deve constituir motivo de constante e preocupada vigilância de todos os brasileiros.

Além disso, analisando os derradeiros aspectos da crise internacional, reconheceram que a declaração franco-britânica sobre a próxima retirada de suas tropas do solo egípcio representa inegável vitória da opinião pública mundial. Entenderam, entretanto, dever alertar o povo brasileiro para os indícios de nova agravação da tensão no Oriente Médio em face da ameaça de invasão das fronteiras da Síria. A denúncia dirigida pelo governo desse país à ONU deve merecer toda a atenção da parte da Assembleia desse organismo internacional e, nesse sentido, devem prontamente manifestar-se os brasileiros.

Diante das repetidas ameaças à Paz ultimamente verificadas, acordaram em que, sejam quais forem as interpretações que cada um possa dar aos acontecimentos políticos mundiais, o importante, no momento, é a preservação da mais perfeita unidade e entendimento de todas as forças empenhadas na defesa da Paz.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1956."

Os Católicos e as Provocações Contra a Hungria

Utilizando, como cobertura, algumas organizações católicas, elementos de incorrigíveis tendências fascistas e mais "O Globo" e a "Rádio Globo" tentaram desencadear uma onda de provocações anticomunistas a propósito dos acontecimentos na Hungria. Procurou-se, assim, explorar os sentimentos religiosos da grande massa católica brasileira para uma verdadeira farsa política, que não podia iludir ninguém.

O pretexto seria um "protesto" contra supostas atrocidades comunistas na Hungria. E desde aí começa a chantagem, à qual altas autoridades eclesiásticas, voluntária ou involuntariamente, não vacilaram em dar cobertura. A verdade é que, as atrocidades cometidas na Hungria durante as manifestações populares que degeneraram numa contra-revolução abertamente fascista, não foram, em nenhuma hipótese, praticadas pelos comunistas. Estes, sim, e milhares de trabalhadores e camponeses, foram as vítimas das mais bárbaras tropelias, só iguais às dos nazistas, praticadas, não pelo povo húngaro, mas pelos elementos fascistas instruídos e estendidos do exterior e que conseguiram penetrar em grandes levadas na Hungria.

Basta que se atente para fotografias publicadas por jornais e revistas insuspeitos, como o "Match" de Paris. Os cadáveres de enforcados, mutilados, despedaçados, são cadáveres de militantes comunistas, de operários e camponeses vítimas da sanha sanguinária dos bandos fas-

cistas que agiam sob inspiração do ex-ditador Horthy e dos serviços de espionagem anglo-norte-americanos.

Os supostos "amigos do povo húngaro", que agora procuram se acobertar junto às organizações católicas, não escondem sua satisfação por esses massacres, por essa efusão de sangue praticada pelos grupos contra-revolucionários. O que desejariam é que prosseguisse indefinidamente estes enforcamentos de trabalhadores, esses assassinios, esses saques e destruições cometidos sob inspiração e direção dos mais diretos aliados e imitadores de Hitler: os fascistas de Horthy, que participaram das primeiras manifestações populares para degenerá-las numa contra-revolução sangrenta.

É de ver, portanto, que os "terços" e provocações dirigidos pelo "O Globo" e a "Rádio Globo" em favor dos "mártires" do suposto "terror comunista" na Hungria nada têm a ver com os sentimentos dos católicos brasileiros, ainda daqueles que, embora se opondo ao comunismo, não toleram o fascismo e seus crimes. A massa católica jamais permitirá que sua fé seja explorada para dar cobertura aos crimes dos fascistas. A massa católica jamais permitirá que suas crenças religiosas sejam exploradas — como aconteceu durante a guerra civil da Espanha — para justificar o banditismo fascista e ajudar empreitadas sangrentas dos que procuram atirar a humanidade em nova guerra mundial.

Carta Aberta do Comitê Nacional Do P. C. Americano aos Seus Membros

O Comitê Nacional do Partido Comunista Americano tornou público uma carta aos membros do Partido sobre os trágicos acontecimentos da Hungria. Ela:

Prezadas camaradas:

O Comitê Nacional de nosso Partido, reunido em sessão ampliada na semana passada, considerou os trágicos acontecimentos ocorridos recentemente na Hungria, seu impacto sobre nosso país, sobre a paz mundial e sobre o ulterior desenvolvimento do socialismo.

O Comitê Nacional declara francamente que, assim como todos os comunistas, encontra-se diante de problemas complexos de natureza sem precedentes. Não é, portanto, de surpreender que tenhamos pontos de vista comuns sobre muitas questões mas também opiniões divergentes. Esses pontos de divergência deverão ser resolvidos à base de posterior discussão pelo Partido inteiro, uma vez que obtemos mais fatos e uma compreensão mais profunda desses acontecimentos.

Principiemos com os aspectos que constituem nosso ponto comum de partida.

Juntamente com os camaradas patrióticos que desejam a paz mundial, a democracia e a independência de todas as nações, estamos profundamente inquietos pelos acontecimentos da Hungria. Estamos profundamente pesados com o derramamento de sangue e as destruições na Hungria e profundamente preocupados com as causas e o significado desses acontecimentos para o socialismo — como todos os membros do Partido e outros americanos que espasam as idéias socialistas.

Junto com nossos camaradas patrióticos que desejam preservar o espírito de Genebra, reconhecemos os perigos criados pela exploração inescrupulosa dos acontecimentos húngaros pelos inimigos da paz. As exigências do Senador Knowland de sanções contra a União Soviética e a pronta utilização da situação húngara pelo Senador Eastland no Comitê de Segurança Interna são exemplos desta exploração, como também os esforços do Departamento de Estado de promover a cobertura da ONU para a interferência das potências ocidentais.

Ao analisar esses acontecimentos tivemos em mira o desejo de fortalecer a causa do socialismo em oposição àqueles que visam enfraquecer ou destruir o socialismo.

Fomos movidos pelo nosso interesse fraternal no processo de democratização nos países socialistas e consequente desenvolvimento da amizade e cooperação entre eles em bases de completa igualdade e da independência nacional em oposição àqueles que objetivam semear a inimizade entre esses países com o propósito de destruir o socialismo e obter a supremacia mundial para o imperialismo.

x x x

Procedamos à nossa apreciação sobre os acontecimentos húngaros e suas causas. Há concordância geral no Comitê Nacional na análise da situação anterior a 4 de novembro, mas existem pontos de vista divergentes sobre os acontecimentos subsequentes e as conclusões a serem tiradas deles. Os grandes levantamentos na Polônia e Hungria foram a princípio movimentos populares pela democratização, por uma solução para problemas econômicos, pela completa soberania nacional e referiam-se, igualmente, às relações com a União Soviética.

Em consequência dos desvios da política socialista durante os últimos anos do regime stalinista e da pressão exercida sobre as Democracias Populares, os Partidos Comunistas desses países seguiram mecânicamente as experiências da União Soviética ao invés de desenvolver uma política independente baseada inteiramente na política nacional e nas exigências econômicas de seus próprios povos.

Essa política errônea, agravada pela pressão da guerra fria, levou ao pioramento das condições econômicas em vez dos melhoramentos que o povo esperava de uma sociedade socialista. Levou à imposição do domínio burocrático, à violação da democracia socialista, à prisão e mesmo à execução de dirigentes do povo, inclusive líderes comunistas. Resultou em negar a participação na vida política dos países aos partidos e personalidades que representavam grandes setores da população. Trouxe, em consequência, infrações à soberania e à independência dessas nações.

O XX Congresso do PCUS reconheceu a necessidade de corrigir as coisas proclamando a pôr fim ao «culto da personalidade» de Stálin; pelo desenvolvimento dos processos democráticos; pela igualdade entre as nações socialistas e os partidos comunistas; pela necessidade e o direito de cada nação seguir seu caminho próprio para o Socialismo.

O fechamento da brecha entre a União Soviética e a Iugoslávia foi um grande passo nessa direção. Contudo, em nossa opinião, o cumprimento das decisões do XX Congresso não foi levado à frente resolutamente com respeito às outras nações socialistas. Ressalta, à luz dos recentes acontecimen-

tos da Polônia e da Hungria que o cumprimento encontrou considerável resistência no PCUS e outros partidos.

Enquanto isso, as exigências de mudança de acordo com as promessas do XX Congresso cresciam particularmente na Polônia e na Hungria.

O Partido Comunista da Polônia, correspondendo às exigências de seu povo, agiu com grande determinação e coragem no sentido de corrigir os erros em seu país. Tal política está ganhando a confiança da classe operária polonesa e do povo e o mais caloroso apoio dos comunistas e demais pessoas de idéias socialistas de todo o mundo.

O Partido Comunista Húngaro, de outro lado, não atendeu em tempo as necessidades de introduzir profundas modificações. Ao invés disso seus dirigentes resistiram em tomar as necessárias medidas corretivas. No último momento, quando as massas húngaras se levantaram em manifestações, recorreram à repressão. A decisão de 24 de outubro do governo de Gero apelando para as tropas soviéticas estacionadas na Hungria para acabar com as demonstrações populares iniciais criou a situação para uma grave crise. Este foi um trágico erro para o qual deve caber responsabilidade à União Soviética. Põe à mostra o fracasso de uma política que não estava solidamente baseada nas necessidades e sentimentos nacionais da classe operária e das massas populares da Hungria.

O grande prestígio que a União Soviética conseguiu entre a classe operária húngara por seu papel na libertação do país dos nazistas e do odioso regime de Horthy foi ali seriamente prejudicado.

Esses graves erros facilitaram a intervenção aberta das forças da reação na Hungria vindas do exterior. Desde o início foram feitos tenazes esforços pelas potências ocidentais através da Rádio Europa Livre financiada pelos Estados Unidos, Voz da América, Projeto X e outras agências para utilizar esta crise no sentido dos seus próprios objetivos imperialistas e encorajando os elementos reacionários e fascistas para dominar a situação.

O papel e a influência dos elementos reacionários dentro da Hungria foi facilitado por um influxo de exilados fascistas, intervencionistas e agentes do Projeto X que cruzaram a fronteira austríaca. O governo Nagy, recuando ante a pressão reacionária, perdeu sua capacidade de governar e tornou-se incapaz de impedir os assassinatos, os furores anti-semitas e o reinado de terror contra os comunistas e progressistas.

Desses fatos ressalta que a União Soviética decidiu o emprêgo das tropas em larga escala em 4 de novembro para esmagar o terror branco e que ela considerava o perigo da formação de um regime anti-soviético semelhante ao de Horthy em suas fronteiras, o qual ameaçaria não somente a segurança da URSS e outros países socialistas mas também a paz mundial. Deve ter-se em conta que as tropas soviéticas, que libertaram a Hungria durante a guerra anti-hitlerista, estavam estacionadas naquele país não somente sob o Pacto de Varsóvia, mas também obedecendo ao Acordo de Potsdam.

Não visamos justificar o emprêgo das tropas soviéticas na crise interna da Hungria de 4 de novembro. Não queremos também incorporar-nos à condenação dessas ações. Não havia alternativa? Era absolutamente necessário? Não há prontas respostas e não estamos em condições de apresentar um julgamento final sobre a ação soviética. Sobre isto há diferentes pontos de vista no Comitê Nacional e no Partido. Com o desenrolar dos acontecimentos poderá haver maior clareza sobre este ponto.

Fundamentalmente, são os prolongados fatores básicos que concorreram para a trágica situação húngara e é necessário apoiar e encorajar o grande processo de correção dos erros no mundo socialista para impedir que semelhante tragédia ocorra novamente.

Em qualquer caso o emprêgo de tropas pela União Soviética na Hungria não pode, naturalmente, resolver os problemas básicos em jogo. Na Hungria a solução repousa em corrigir os erros do passado, pondo em prática o programa anunciado pelo governo de Kadar e no desenvolvimento de um governo de mais amplitude baseado nas necessidades e aspirações do povo húngaro. Saudamos todos os esforços nesse sentido.

A solução dos problemas básicos de democratização e do estabelecimento de relações de igualdade e amizade entre os países socialistas dependem do cumprimento resolutivo das decisões do XX Congresso e da declaração do governo soviético de 30 de outubro último.

O processo de democratização agora em desenvolvimento na Polônia demonstra que o socialismo tem capacidade de autocorriger-se, um processo acertado na semana passada pelos Primeiros-Ministros das potências de Colombo. Este processo de democratização terá muitos resultados favoráveis, ao desenvolver-se nos países socialistas. Entre outras coisas ele ajudará a conduzir a unificação das correntes socialistas em muitos países e colocar as bases para novos

avanços rumo ao socialismo. Com este fim exigimos o mais rápido cumprimento das decisões do XX Congresso e da declaração de 30 de outubro.

É da maior importância que nós comunistas americanos não nos restrinjamos a avaliar os acontecimentos do exterior mas dar séria atenção ao papel prejudicial que o Departamento de Estado jogou nesses acontecimentos. Deste modo ajudaremos a contribuir para que os trabalhadores americanos tenham uma compreensão maior do que podem fazer no sentido de influir na política exterior dos Estados Unidos de acordo com as aspirações de paz de nosso povo.

Sobre este resultado a declaração do Comitê Nacional de 1 de novembro — infelizmente distribuída à imprensa em 2 de novembro para publicação em 5 de novembro — foi inadequada. Neste sentido, assinala-se que o editorial do «Daily Worker» de 5 de novembro, em nossa opinião, não levou em conta suficientemente os novos acontecimentos da Hungria posteriores ao anterior fim de semana.

O Comitê Nacional espera que nossa presente carta vá ao encontro de algumas questões críticas levantadas por nossos camaradas com respeito à primeira declaração do Comitê Nacional e ao editorial de 5 de novembro do «Daily Worker», com o qual alguns membros do Comitê Nacional estão em desacordo.

Os recentes acontecimentos — e particularmente os sérios erros que se seguiram a eles — são muito relacionados com o fato de que desde o fim da II guerra mundial, o capitalismo e o próprio governo americano, em particular, emprenderam uma incessante guerra fria contra a União Soviética e os países da Europa Oriental. Muitas das dificuldades econômicas e outras nesses países podem ser descobertas em proporção não pequena nos efeitos desta guerra fria.

Ainda mais, os esforços da União Soviética para corrigir as relações entre os Estados socialistas estão sendo embaraçados pela continuação da guerra fria, pelas tentativas de vários grupos imperialistas de capitalizar os erros do passado bem como para fazer uso dos presentes esforços de correção para seus próprios propósitos, reacionários.

Mas esses elementos não têm relação com a democracia nem com a independência nacional. Os que abraçaram um Horthy e um Franco, bem como os responsáveis pela derubada do governo eleito da Guatemala e os que neste momento invadem o território do Egito não podem convencer o mundo de que seus interesses na Hungria são baseados na causa da democracia e da independência nacional.

Como resultado das novas propostas de desarmamento apresentadas pela URSS em 12 de novembro, apareceram novas esperanças de acordos para a obtenção da paz. Urgentes conversações no mais alto nível poderão reduzir as tensões mundiais e, contrariamente à difícil situação atual, pode-se conseguir uma base mais forte para uma paz durável.

Tomaremos parte ao lado de todos os americanos amantes da paz na determinação de evitar uma terceira guerra mundial. Quaisquer que sejam seus sentimentos a respeito da justiça ou dos erros da situação húngara, nossos camaradas patrióticos não concordam com a histeria guerreira alimentada pelos Knowland, Eastlands, MacCarthys e outras forças pró-guerra de nosso país.

Conclamamos a pôr um termo a instrumentos de subversão e incitamento como a Rádio Europa Livre, o Projeto X da Agência de Inteligência Central e outras organizações semelhantes.

No interesse nacional da América e por amor à paz mundial, exigimos uma nova conferência do mais alto nível para tratar com urgência da questão da guerra fria. Apelamos para a dissolução de todos os blocos militares, a retirada simultânea das forças militares de todas as terras estrangeiras e o fechamento de todas as bases militares em solo estrangeiro.

Exigimos apoio aos esforços despendidos pelas agências de auxílio que cooperam com a ONU e o governo húngaro no sentido de assistir o povo da Hungria. Propomos que seja também votada pelo Congresso ajuda econômica, sem exigências, à Hungria, bem como a outras nações.

Tal programa de ação contribuirá para diminuir a tensão mundial e para a concretização de uma paz durável.

Camaradas, grandes transformações estão ocorrendo no mundo e não menores nos países socialistas. Neste comunicado pretendemos analisar alguns aspectos vitais dos recentes acontecimentos da Europa Oriental. Todo o Partido deve prosseguir num estudo mais profundo desses acontecimentos e suas consequências discutindo de maneira fraternal os pontos de vista divergentes. Temos confiança de que, coletivamente, no processo, nosso Partido tirará as lições desses acontecimentos. Assim, daremos uma contribuição maior à causa da paz mundial e do avanço democrático para o socialismo em nosso país.

Industrialização, Sim, Mas Não às Expensas do Nível de Vida do Povo

O PROJETO DE REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA E A DEMAGOGIA UDENISTA — INFLUÊNCIA SOBRE O CUSTO DA VIDA — UMA TAXAÇÃO MAIS FORTEMENTE PROGRESSIVA SOBRE AS RENDAS E O CONSUMO DE LUXO DARIA MEIOS AO GOVERNO PARA COMBATER O DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO SEM A PARALISAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Congresso aprovou, finalmente, o projeto governamental que altera o regime do imposto de consumo.

O projeto deu margem a calorosas controvérsias e, inclusive, a uma tenaz oposição de parte da bancada udenista que, repentinamente, se arvorou em defensora dos "interesses da população", tentando utilizar até a obstrução para impedir fosse aprovada a proposição governamental.

A PRINCIPAL INOVAÇÃO
A principal inovação do projeto é o estabelecimento do imposto de consumo ad valorem, isto é, cobrado, não de acordo com a natureza da mercadoria, mas proporcionalmente ao seu preço. Nesta base, o governo espera elevar a arrecadação do imposto de consumo de 25 para 35 bilhões de cruzeiros, obtendo, assim, meios para reduzir o déficit orçamentário, previsto em cerca de 24 bilhões de cruzeiros.

Tecnicamente esta inovação tem a vantagem de fazer o im-

posto de consumo diretamente proporcional ao crescimento dos preços nesta situação inflacionária em que se encontra o país. É evidente que, com o imposto à base de taxas fixas, as arrecadações da União não poderiam corresponder, num período inflacionário, às necessidades para as quais são destinadas. Ainda mais, com o regime das taxas fixas, o índice do imposto de consumo sobre os preços das mercadorias cai continuamente, enquanto os preços aumentam. Exemplo: uma mercadoria de 100 cruzeiros que paga 10 cruzeiros de imposto de consumo (10%), continuaria a pagar o mesmo imposto, ainda quando seu preço se elevasse a 200 ou 300 cruzeiros (pagando, assim, 5% ou 2,5 por cento de imposto sobre seu preço).

O NOVO REGIME DO IMPOSTO E O CUSTO DA VIDA

O novo regime de imposto de consumo terá alguma influência sobre o custo da vida?

É provável que sim, mas não tanto quanto pretendem fazer crer os deputados da UDN.

Teve-se a preocupação de determinar maior incidência do imposto, não sobre os produtos de consumo mais generalizados e de maior essencialidade, mas sobre os de menor essencialidade e de consumo mais restrito. Fumo e bebidas continuam a ser os de maior taxaço. Procura-se atender aos diferentes grupos de con-

sumidores de acordo com suas respectivas rendas, fazendo pagar maiores impostos os produtos considerados menos essenciais e de luxo. Deste modo, o novo regime do imposto de consumo não determinará, por si mesmo, uma elevação geral dos preços de todas as mercadorias, mas somente os de determinados tipos de mercadorias.

Isto não quer dizer, entretanto, que tal elevação de pre-

ços de determinadas categorias de produtos não signifique um estímulo aos especuladores para nova ofensiva altista contra o povo. De modo que, se o governo não tomar medidas práticas, a pretensão de novo regime do imposto de consumo veremos os especuladores se lançarem a manipulações arbitrárias dos preços.

O governo escolheu, assim, um caminho perigoso para o combate à inflação, já que põe

em jogo o nível de vida do povo se providências imediatas não forem tomadas para impedir seu aviltamento.

INDUSTRIALIZAÇÃO, MAS SEM REDUZIR O NÍVEL DE VIDA DO POVO

Mas estas medidas não podem ser, de nenhum modo, as sugeridas pela oposição udenista. O governo procura reduzir o déficit orçamentário sem deter o programa de desenvolvimento econômico e de estímulo à industrialização do país. Já a oposição udenista propõe que se detenha o desenvolvimento econômico para se equilibrar o orçamento. Evidentemente, esta tese interessa, unicamente, aos imperialistas norte-americanos e constituiu a orientação do governo entreguista de Café Filho e de seu ministro (dos trustes) Eugênio Gudin.

O que seria mais justo (sem abandonar de todo uma atualização razoável do regime de imposto de consumo) era o estabelecimento de um imposto mais fortemente progressivo sobre as rendas e uma taxaço mais forte do consumo de luxo.

Os trabalhadores, o povo e todos os patriotas estão de acordo com o estímulo à industrialização do país, mas devem resistir a que esta industrialização se faça através do sacrifício do já baixo nível de vida de nossas populações.

Necessária e Urgente Uma Nova Política de Comércio Exterior

O problema do comércio exterior é, presenciamos, uma das questões fundamentais para uma política de desenvolvimento econômico de nosso país. Para assegurar uma expansão de nossa economia, particularmente da indústria nacional, necessitamos importar cada vez maior quantidade de maquinarias, equipamentos e matérias-primas. Mas, para tanto, necessitamos divisas — ou seja, vender mais mercadorias no exterior e por melhores preços.

Além disso, nas bases em que se encontra atualmente, o comércio exterior é uma das principais vias por que se processa a espoliação crescente da renda nacional, do fruto do trabalho de nosso povo pelos monopólios norte-americanos.

De fato, nossos produtos de exportação sofrem, continuamente, uma perda de substância verdadeiramente exaustiva para a nossa economia. Outras palavras: vendemos nossas mercadorias abaixo de seu valor e compramos mercadorias estrangeiras, principalmente as norte-americanas, acima do valor que elas efetivamente possuem. Por exemplo: em 1955, para adquirirmos uma tonelada de máquinas, ferramentas e utensílios nos E.E.U.U., precisávamos entregar 2.306 quilos de nossas principais mercadorias de exportação; atualmente precisamos, para adquirir a mesma quantidade de equipamentos, exportar nada menos de 5.800 quilos de produtos.

Esta situação de degradação do valor de nossos produtos de exportação cria dificuldades cada vez maiores para a concretização das possibilidades existentes para o desenvolvimento industrial do Brasil.

Basta ver os problemas com que se defronta a indústria nacional para a importação de equipamentos e matérias-primas em consequência das relativamente poucas disponibilidades cambiais. Isto vem sendo ainda agravado pelas recentes disposições da SYMOC favorecendo com um câmbio privilegiado as empresas estrangeiras que desejam transferir equipamentos para o país, em prejuízo da indústria nacional tem de afetar na fila à espera de cambiais, que lhes são vendidas à base de ângios geralmente escorchantes.

O aviltamento dos preços de nossas mercadorias no comércio internacional (ou mais precisamente, no comércio que praticamos atualmente com os Estados Unidos) é, também uma das causas da pressão inflacionária e da elevação dos preços internos. Tomemos o exemplo do café, que ainda representa cerca de 60% do valor total de nos-

sas exportações. Em 1955 exportamos mais 187 toneladas de café do que em 1954. Entretanto, recebemos menos dólares (194 milhões), vendendo maior quantidade de café. Em consequência desta redução do valor da exportação de café (e de outros produtos) houve uma escassez de divisas, determinando uma elevação da média dos ângios do dólar. Isto, não somente provocou uma redução nas aquisições de bens de produção e matérias-primas essenciais às exigências de nossa industrialização, como concorreu para o encarecimento dos preços internos (e não só dos produtos importados, mas também de muitos produzidos no país).

Na origem desta situação se encontra, particularmente,

a situação verdadeiramente monopolista que ocupam os Estados Unidos em nosso comércio exterior, a oposição dos verdadeiros monopólios na compra e venda de nossos principais produtos (café e algodão, principalmente) de parte de empresas norte-americanas.

Por tudo isto se torna cada vez mais urgente a extensão de nosso comércio exterior a todos os países, particularmente os países socialistas, a fim de impedir as amplas flutuações nos preços dos produtos exportados e poderemos adquirir os equipamentos e matérias-primas de que necessitamos ali onde nos sejam oferecidos em condições mais vantajosas.

RESOLUÇÃO DO COMITÊ REGIONAL DE GOIÁS DO PCB

SÔBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO DO C.C. DO P.C.B. «SÔBRE OS ENSINAMENTOS DO XX CONGRESSO DO P.C.U.S., O CULTO À PERSONALIDADE E SUAS CONSEQUÊNCIAS, A ATIVIDADE E AS TAREFAS DO P.C.B.»

Em reunião plenária de seus membros e candidatos a membros, impulsionada com vários convênios, o Comitê Regional de Goiás do P. C. B., após amplos e vivos debates tomou uma série de resoluções sobre o fortalecimento do trabalho partidário, em função da defesa dos interesses do povo goiano e do progresso de nosso Estado. Resolveu ainda, por unanimidade, expressar a seguinte opinião sobre o «Projeto de Resolução do C. C. do P. C. B. sobre os ensinamentos do XX Congresso do P. C. U. S., o culto à personalidade e suas consequências, a atividade e as tarefas do P. C. B.».

O Comitê Regional de Goiás do P. C. B. considera satisfatório, em grande medida, o Projeto de Resolução do C. C. Juíza necessário, porém, fazer sobre o mesmo as observações críticas que se seguem.

PRIMEIRA: Embora considerando ser injustificável o atraso de sua manifestação sobre os problemas decorrentes do XX Congresso do P. C. U. S., o C. C. ainda a respeito justificativas não conscientes, sem fazer autocrítica. cremos que a causa essencial desse atraso está na atitude ainda dependente e não crítica de nosso Partido frente ao P. C. U. S. O atraso revela desprezo para com o conjunto dos militantes do Partido e para com o povo brasileiro, atingidos por dívidas e confusões diante da grandiosa virada que se processa no movimento comunista internacional. Uma manifestação oportuna do C. C., a exemplo do que aconteceu na Itália, teria evitado incompreensões desnecessárias e propiciado um avanço do Partido no caminho da correção de muitos erros e defeitos de que vinha e vem padecendo. Teria também prestigiado ainda mais o C. C. diante dos militantes do Partido e de nosso povo.

SEGUNDA: — Julgamos tímida e superficial, embora decorridos 8 meses da realização do XX Congresso do P. C. U. S., a

posição do C. C. diante dos gravíssimos erros, crimes e atrocidades cometidos por Stalin e pelo C. C. do P. C. U. S. durante por Stalin, na URSS e nas Democracias Populares. Exemplo: o erro cometido por nosso Partido diante do Partido Comunista da Jugoslávia, por nossa cega confiança no P. C. U. S., merecia ser assinalado com vigor devido à sua gravidade e não com um simples lavar de mãos.

O Comitê Regional julga necessário reafirmar, aqui, que o apoio e a solidariedade à URSS e aos demais países do campo socialista, por parte de nosso Partido devem desenvolver-se com firmeza e vigor.

TERCEIRA: — Consideramos que as causas apontadas pelo C. C. como explicações da prática do culto à personalidade em nosso Partido, embora tenham atuação como fatores secundários, chegam a ser simplistas. Não se deu o mesmo em outros países (UESS, Itália, França, E.E. UU., etc.), tão diferentes do nosso? As causas, em nossa opinião, estão fundamentalmente em um acabado estilo de trabalho existente em diversos Partidos Comunistas e que se afastou de várias indicações essenciais de Lênin e da realidade viva do movimento operário revolucionário. Naturalmente, não poderia o C. C. sozinho resolver o problema do que mudou, porque mudou e as consequências da mudança na vida do Partido, mas poderia indicá-lo. Com as contribuições de todos os militantes e dos nossos amigos e simpatizantes nesse sentido, o C. C. disporá de riquíssimos materiais, cuja síntese deverá realizar.

O Comitê Regional resolveu, ainda, transmitindo ao C. C. sua saudosa fraternal manifestar-lhe sua inteira confiança, certo de que a absoluta unidade de todo o Partido em torno do C. C. é justa e necessária.

Goiânia, novembro de 1956.

O COMITÊ REGIONAL DE GOIÁS DO PCB

RESOLUÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DA U. J. C.

A Comissão Nacional da União da Juventude Comunista, reunida para dar um balanço nas discussões que ora se processam entre os jovens comunistas, em torno de questões ligadas à sua atuação entre as massas da juventude, exprime sua satisfação pela forma com que as discussões estão se desenvolvendo e sugere, entre outras, o aprofundamento das seguintes questões:

a) — A Resolução de Agosto de 1950, do Comitê Central do PCB, reorganizando a UJC, partia de pontos de vista errôneos, tanto no que diz respeito à situação nacional, como no que se refere aos problemas da juventude. A análise da realidade brasileira, contida no Manifesto de Agosto, levou à falsa conclusão da necessidade de reorganizar a UJC nos moldes da atual. Além disso, a Resolução parte de teses e formulações sobre a juventude, copiadas de outros países, que a vida e a atividade prática têm provado serem estranhas à juventude brasileira.

b) — Do estudo da realidade da juventude brasileira e das experiências de nossas atividades, ressalta que, das camadas que a compõem, somente a de estudantes apresenta características de um movimento de opinião organizado, o que nos chama a atenção para sua importância. Quanto às demais parcelas, sua consciência coletiva não se desenvolveu ainda de forma a se poder falar da existência de um movimento juvenil brasileiro.

c) — Da forma como está organizada, a UJC não corresponde às necessidades do trabalho do Partido entre os jovens, cabendo principalmente a seus militantes, hoje, a tarefa de estudar e determinar os caminhos para o trabalho juvenil, que melhor correspondam às necessidades do movimento democrático e patriótico do nosso povo.

Como coroamento dessas discussões, a Comissão Nacional da UJC resolve convocar uma conferência nacional e criar uma comissão encarregada de elaborar os documentos necessários aos debates.

A Comissão Nacional da UJC considera que as atuais discussões entre seus membros revelam um alto espírito democrático, fruto sem dúvida, do processo de liquidação das consequências do culto à personalidade no movimento comunista mundial. Como jovens comunistas solidarizamos-nos com o Comitê Central do PCB, quando, em seu Projeto de Resolução, abriu oficialmente a discussão sobre todos os problemas que interessam à vida do Partido. Unidos em torno do Comitê Central do PCB, estamos convencidos de que somente uma discussão aberta e franca e com profundo sentido crítico e autocrítico, ressaltadas evidentemente as questões de segurança, poderá levar o Partido a uma solução justa de seus problemas, pois qualquer coação ou restrição só poderá retardar o encontro das soluções que todos buscamos. Conclamamos os membros da UJC a participar ativamente dos debates, inclusive pela imprensa, dando assim a sua contribuição, ao mesmo tempo que intensificam suas atividades junto às massas da juventude.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1956.

A COMISSÃO NACIONAL DA UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

Rio, 8/12/1956

VOZ OPERÁRIA

Página 5

UMA DISCUSSÃO QUE REFLITA OS PROBLEMAS ATUAIS

O Projeto de Resolução que está sendo discutido em todo o Partido embora contenha falhas e limitações, representa, a meu ver, uma contribuição para os debates em curso. Não obstante abrir os debates sobre todas as questões de interesse para o Partido e o movimento revolucionário brasileiro, o documento procura concentrar-se em dois assuntos principais: a política atual e as tarefas do Partido e os métodos por nós usados, na maneira de pensar, nas relações mútuas entre os comunistas e nas relações com o povo. Considero isto um dos méritos do Projeto de Resolução, porque nos ajuda a orientar as discussões em uma determinada direção. Isto nos ajudará a chegar, através de ampla discussão, a uma política que melhor corresponda à realidade de nosso país e à correção, gradativa, dos métodos impróprios que entravam a vida do Partido e a ação dos comunistas. Se não houvesse essa orientação correríamos o risco de mergulharmos numa discussão desorganizada, sem princípio nem fim, o que provavelmente levaria a um enfraquecimento ou mesmo estagnação na nossa atuação política, permitindo ao inimigo retomar a iniciativa e causar sérios prejuízos a todo o movimento revolucionário e patriótico.

Sem desconhecer a importância da luta pela correção dos métodos errôneos, sobretudo o do subjetivismo na maneira de pensar, considero que, no momento, o centro de nossas preocupações deveria deslocar-se para os problemas da política e das tarefas do Partido. Simultaneamente com a realização das tarefas políticas, iríamos solucionando as questões de métodos, que poderiam ser abordadas em função mesmo dos problemas políticos e não isoladamente, sem objetivo determinado.

Pensando assim, procurarei avançar hoje algumas opiniões sobre aspectos das questões políticas abordadas no Projeto de Resolução.

AS MODIFICAÇÕES QUE ESTÃO SE OPERANDO NO BRASIL

O Projeto de Resolução afirma que em Brasil estão se operando importantes modificações econômicas e sociais e que «são melhores as condições que permitem modificações na correlação de forças políticas favoravelmente à democracia, à independência e ao progresso».

É uma indicação, uma tese não demonstrada. Provavelmente não foi possível demonstrá-la, por tratar-se de problema desconhecido, ou pouco conhecido. No entanto, segundo entendo, a comprovação ou não desta tese é uma necessidade urgente, pois dela parte a orientação política que mais adiante se formula, ao apresentar-se os três pontos para discussão.

Quanto a mim, penso que as modificações que se estão operando referem-se ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, cujo ritmo, se não se pode afirmar que é impetuoso, também não se pode desconhecer que se vem acelerando nos últimos anos. O crescimento da indústria leve e de base, que se observa a olho nu, assim como a modernização de certos setores da agricultura, com o relativo aumento do número de máquinas e instalações, indicam a expansão do capitalismo, inclusive no campo.

O desenvolvimento do capitalismo se processa em contradição com os monopólios estrangeiros, principalmente os norte-americanos, e com a velha estrutura agrária, baseada no monopólio da terra e no sistema semi-feudal de exploração. Esta contradição se reflete intensamente na luta pela posse da máquina do Estado e condiciona a posição de cada classe e camada social no terreno político.

A burguesia, que se firma e se consolida como classe, luta pela máquina do Estado, representada no governo central, para poder jogar com os recursos da Nação em benefício de seus interesses capitalistas. Sem o poder do Estado dificilmente poderia a burguesia resistir à pressão dos monopólios estrangeiros e aos entraves opostos pela velha estrutura agrária.

Os latifundiários lutam igualmente pelo poder do Estado, isto é pelo governo central, para resistir ao que alguns de seus porta-vozes já qualificaram de «excesso de industrialismo». Os monopólios norte-americanos, igualmente interessados no combate ao «excesso

Sobre o Projeto de Resolução - I CAIO GABRIEL

de industrialismo», apoiam os latifundiários e são por eles apoiados. Alguns setores capitalistas, possivelmente do capital ligado a certos bancos e instituições financeiras, muito vinculados com o latifúndio, formam ao lado dos latifundiários e dos monopólios norte-americanos.

Esta luta pelo poder do Estado, que vem de longa data, determina choques cada vez mais frequentes e não raro violentos, condicionando, praticamente, a vida política do país. Como resultado desta luta é provável que a burguesia já tenha conseguido posições decisivas na máquina do Estado, passando os latifundiários para plano secundário. O surgimento e a proliferação das empresas mistas (capitais do Estado e privados) e outras medidas estatais parecem indicar que o Estado vai cada vez mais caindo sob a influência da burguesia, embora nela ainda se encontrem representantes dos latifundiários.

A burguesia, talvez mesmo devido a certas peculiaridades de seu desenvolvimento histórico, tende sempre a uma conciliação com os latifundiários e os imperialistas, fazendo-lhes concessões econômicas, financeiras e políticas. No entanto, apesar de seus desejos conciliadores, a burguesia vê-se cada vez mais impelida à luta contra os latifundiários e os imperialistas norte-americanos, pois o desenvolvimento industrial vai aguçando a contradição entre eles e diminuindo rapidamente a «área de coexistência». Daí a frequência dos choques violentos, que se produziram por três vezes em menos de 15 meses, entre 1954 e 1955, e o estado de tensão permanente em que tem vivido o país nestes últimos tempos, entre o que se convencionou chamar «golpismo» e «antigolpismo», que é o mesmo que «centreguismo» e «antientreguismo», ou nacionalismo.

Para resistir à pressão dos monopólios norte-americanos e seus aliados internos, os grandes latifundiários, a burguesia procura o apoio do proletariado que, como classe já definida representa importante força política, não só pelo seu número crescente como pela crescente consciência de sua própria força. Representantes da burguesia agitam constantemente reivindicações do proletariado e se esforçam por enquadrá-lo dentro das reformas sociais.

O proletariado que, mesmo em função de seus interesses de classe mais elevados, tem interesse na completa independência e progresso do país, tem lutado com decisão contra os monopólios norte-americanos e os latifundiários.

Somam-se, assim, duas poderosas forças — a burguesia e o proletariado — na frente da luta comum, contra o inimigo comum — os imperialistas norte-americanos e os grandes latifundiários. A esta frente são atraídos outros setores da população da classe média, da intelectualidade e de latifundiários mais imediatamente prejudicados pelos monopólios norte-americanos. Quanto aos camponeses, ainda debilmente mobilizados, procura a burguesia obter seu apoio, através de certas medidas, como a extensão da legislação social ao campo e até mesmo uma chamada reforma agrária por via parlamentar. Isto explica a «marcha para o campo», que vem sendo empreendida por todos ou quase todos os partidos políticos burgueses nestes últimos tempos.

Este, a meu ver, o quadro aproximado da posição das classes e camadas sociais no cenário político brasileiro, no momento atual.

A POLARIZAÇÃO DE FORÇAS

No entrechoque dos interesses em jogo, as forças se definem, tomam posição na frente de luta política, formando as duas grandes correntes em que hoje se dividem as forças do país: a corrente entreguista, expressão dos grandes latifundiários e dos monopólios norte-americanos, e a corrente antientreguista, ou nacionalista. Penso que esta é a «tendência à polarização» de que fala o Projeto de Resolução. Creio, porém, que não basta constatar a «tendência à polarização» de forças. É sumamente importante saber-se em que grau se encontra essa polarização, no momento atual.

Naturalmente em se tratando de uma frente única de diversas classes e camadas, apresentam-se nela numerosas contradições e complexidades. Falta-lhe, é certo, coordenação orgânica e clareza de objetivos programáticos. Sua ação é, por vezes, tímida e acilante. São fraquezas e debilidades da frente única, mas isto não nega sua existência, antes a afirma como um movimento vivo e atuante.

Penso que reconhecer que o polarização de forças já chegou a este grau é essencial para a nossa política atual, pois a subestimação deste fato pode causar as mais funestas consequências.

Quanto à composição, a frente nacionalista pode ser assim apresentada: a burguesia, como classe, o proletariado, setores da classe média, da intelectualidade progressista e de latifundiários, principalmente pequenos e médios. Os camponeses com uma participação relativa, devido à sua fraca mobilização.

Tal composição, se fosse esquematizada, daria aproximadamente três grandes escalões: o da esquerda, integrado pelo proletariado, os setores da classe média e parte da burguesia radical; o do centro, integrado pela burguesia moderada e da direita, constituído pela parte da burguesia conservadora e os setores do latifúndio. Dentro destes três escalões dão-se transposições contínuas: elementos e grupos que estão na esquerda passam-se para o centro, os do centro passam-se para a direita e assim por diante. Em geral essas transposições pouco afetam a constituição da frente, mas já no momento elas começam a se transformar em defeições, que podem alterar substancialmente não só a frente como o próprio curso dos acontecimentos políticos.

Quanto à orientação política, a frente nacionalista reflete sua composição e suas contradições internas. A esquerda procura impulsioná-la para a frente, lutando por uma política nacionalista mais efetiva por parte do governo e por maior firmeza na resistência aos monopólios norte-americanos e aos latifundiários, seus aliados. O centro procura moderar o avanço, vacila e se assusta frequentemente, tanto com a audácia do adversário como com a pressão da esquerda que quer avançar mais. Os elementos piores da direita, buscam a conciliação com os latifundiários e os monopólios norte-americanos; são, na prática, um prolongamento do golpismo entreguista dentro da frente nacionalista e do governo. Quanto aos elementos menos ruins da direita, oscilam, ora na direção do centro, ora na direção da conciliação entreguista, ora ainda mantendo-se neutros, em posição de expectativa.

Embora a frente nacionalista se mantenha pela posição firme da esquerda unida ao centro, em sua direção ainda é muito forte e às vezes predominante a presença da direita. Daí certas contra-marchas que se observam em todo o processo em desenvolvimento. Chega-se ao ponto de a direita, com o beneplácito do centro, agredir a esquerda, como no caso do fechamento da Associação dos Servidores do Porto, da Liga de Emancipação Nacional, a oposição à anistia, negada aos patriotas ao mesmo tempo em que se a concedia aos sublevados de Jacaracanga, o fechamento de jornais e revistas, como a Imprensa Popular e a revista Problemas, o prosseguimento de processos contra os comunistas e as ameaças de «caça aos comunistas», exigida por Pena Boto e prometida pelo chefe de Polícia, senhor Batista Telxira.

Até agora esses ataques da direita, a que o centro faz «vista grossa» não causaram maiores prejuízos à frente nacionalista, mas se prosseguirem poderão prejudicá-la, em benefício dos latifundiários e dos monopólios norte-americanos, isto é, do entreguismo.

O resultado final desta luta interna dentro da frente nacionalista, assim como seus próprios destinos, vai depender da maior ou menor reserva que a esquerda e o centro possam mobilizar e jogar na frente da luta, a fim de se fortalecerem e paralisar a instabilidade da direita. As reservas se encontram na firme e decidida mobilização das massas, principalmente da classe operária e dos camponeses.

O desenlace só poderá ser favorável na medida em que a esquerda, estreitamente unida ao centro, conseguir atrair ou neutralizar os elementos menos ruins da direita e isolar os piores. Isto é, os piores entreguistas de dentro e de fora da frente e do governo.

A meu ver, a tendência à polarização de forças vem de alguns anos atrás e se acentua à medida em que se agrava a contradição econômica, em virtude do crescimento do desenvolvimento capitalista, com a consequente diminuição da «área de coexistência». Foi, porém, logo após o golpe entreguista vitorioso de 24 de Agosto de 1954, que essa polarização começou a tomar contornos mais definidos, começando a concretizar-se em unidade para a ação. Verificou-se, então, a coordenação mais ou menos rápida das forças antientreguistas, em torno de um objetivo comum: impedir a consolidação do golpe entreguista de 24 de Agosto. Graças a essa coordenação foram derrotadas sucessivas tentativas de novos golpes, que visavam implantar uma ditadura pura e simples. As manobras do adiamento das eleições para a sucessão presidencial, em 3 de outubro de 1955, assim como o «esquema Eteivino» do candidato único, foram igualmente derrotadas pelas forças antientreguistas, agrupadas sob a forma de «frente anti-golpista». As candidaturas dos senhores Juscelino e Jango só puderam se firmar devido à ação da «frente anti-golpista», que defendia o princípio de eleições livres, compreendendo esse princípio dentro do quadro existente no país.

A seguir, já mais ampliada e reforçada, a frente antientreguista conquistava a vitória nas urnas, nas eleições de 3 de outubro de 1955.

Após as eleições apresentou-se a tarefa de garantir a posse dos eleitos, o que foi conseguido através da extensa mobilização da opinião popular e, em sua etapa final, pelos movimentos militares de 11 e 21 de Novembro de 1955, cuja característica principal é a de ter sido um movimento militar levado a efeito no bojo de um vasto movimento de opinião popular. Por isto expressou a vontade do povo e conseguiu manter seu caráter democrático, resistindo bem às manobras dos golpistas e da direita da frente antigolpista, que se esforçavam por fazê-lo degenerar em ditadura militar.

Depois da posse dos candidatos eleitos em 3 de outubro a luta continuou no mesmo eixo. Os entreguistas se propõem abertamente a derrubar o governo, seja através da ação armada, de que Jacaracanga é um episódio, seja através das manobras de flaqueamento que se expressam nas fórmulas «libertemos Juscelino», «pacificação dos espíritos» e outras pelo estilo. Parte da manobra de flaqueamento é a campanha de provocações sistemáticas e organizada contra o general Teixeira Lott e outros militares, as sucessivas «denúncias» contra o senhor João Goulart e outros, assim como a campanha de provocações policiais contra organizações como a «Frente de Novembro» e outras e a sordida campanha de provocações anticomunistas, que parte de Penna Boto e Carlos Lacerda e encontra eco entre maiorais do udenismo entreguista.

Os entreguistas atacam coordenadamente, segundo um plano estabelecido, procurando encontrar um ponto débil na frente antientreguista e rompê-la. Se conseguirem abrir uma brecha, procurarão bater as forças antientreguistas por partes e culminarão, como em 24 de Agosto, com a derrubada do próprio governo e a instauração de «estado de emergência» preconizado por Carlos Lacerda, o que não se dará sem a utilização da «experiência Rojas», dos fusilamentos sumários.

A frente antientreguista, apesar das inúmeras dificuldades, tem conseguido impedir a consumação dos designios dos entreguistas, até agora.

Ao mesmo tempo cabe assinalar que alguma coisa de positivo que tem feito o governo do senhor Juscelino, se deve à atuação da frente antientreguista.

Nesse processo de ação unitária, a partir de 24 de Agosto de 1954, a unidade das forças nacionalistas alcançou um grau bastante elevado e se apresenta hoje com características visíveis de uma frente única patriótica, progressista e democrática.

A Carta de Prestes e o Debate

Nada mais saudável que o Secretário Geral do Partido de a público suas opiniões, contribuindo para o esclarecimento e aceitando a alta responsabilidade que tem pelo exercício de seu cargo e sua vida de revolucionário, pois uma das principais falhas do Presidium nos meses que precederam à aprovação do Projeto de Resolução foi a intolerável omissão diante de problemas acumulados.

A carta do camarada Prestes tem o valor de firmar alguns conceitos que, se bem entendidos, levarão o debate a um novo nível, tirando-o do estado confuso e difuso em que ainda se encontra. Creio que, nesse sentido, devemos atentar para certas afirmações que ajuam à unidade e à luta interna, sem a qual ela não poderia existir.

a) Prestes se declara "entusiasta da discussão", por estar "convencido de que a mesma constituirá importante passo no processo de desenvolvimento de nosso Partido". É categórico em que "nessa discussão deve ser assegurado a todos os membros do Partido seu direito de opinar livremente sobre todas as questões e criticando os dirigentes, principalmente aqueles que suportam em seus ombros o maior peso de responsabilidades e de experiência" (grifos meus).

b) Refere-se "em particular à violação dos princípios leninistas sobre o Partido, às violações que tolham a democracia na vida interna do Partido, assim como, aos falsos métodos de direção, aos métodos autoritários, utilizados de cima abaixo em todo o Partido" (grifos meus).

c) Diz que a "discussão entre nós não pode deixar de ser guiada pelos organismos que têm por dever dirigir todo o desenvolvimento do Partido" e, adiante, recorda que ela deve "consolidar a unidade do Partido em torno de seu centro único que é o próprio Comitê Central" (grifos meus).

d) Prestes se afirma justamente indignado contra certas manifestações que considera fornecerem armas ao inimigo, a título de "liberdade de discussão".

e) Para evitar esse fato, propõe três questões de princípio que devem ser respeitadas no debate: 1) internacionalismo proletário; 2) defesa do marxismo-leninismo; 3) defesa do Partido e de seus princípios.

Assim, talvez para decepção de muitos que, feito crianças amedrontadas com o escuro, temiam (ou ainda temem) o debate. Prestes nele ingressa em caráter pessoal, por meio de uma carta ao órgão supremo do Partido. Com razão, não endossa os pregoeiros de um "núcleo dirigente". Comunista, não reconhece outro "núcleo dirigente" que não o Comitê Central. Não procura desculpar ou "justificar" o mandonismo; denuncia-o; não apadrinha o sectarismo; aponta-o como um fator de isolamento das massas, expresso através principalmente da centralização excessiva". Sua carta se afirma pela discussão ampla, democrática e livre. Essa a meu ver sua justa interpretação.

Creio que as questões de princípio apresentadas por Prestes não merecem reparos em seus termos gerais, embora, na realidade, se reduzam a duas e não a três como ele propõe: 1) defesa do marxismo-leninismo e 2) defesa do Partido, pois o internacionalismo proletário e os princípios do Partido são compreendidos de fato na "defesa do marxismo-leninismo".

ERNESTO LUIZ MAIA

Nenhum comunista pode querer a discussão contra o Partido, nem fora dos princípios marxistas. O que ocorre, necessariamente, e que a aplicação desses princípios não é nem pode ser, automática, que exige discussão, debate luta de opiniões, não só para que se atinja o grau de clareza necessária ao elucidamento dos problemas, como para que sejam dominados os próprios princípios que, do contrário, se transformam em frases feitas ou em receitas.

E aqui chegamos ao fato de que o esclarecimento inclui a pesquisa e que esta pode trazer em seu bojo algum erro. Sempre que se equivoca, um camarada está, de um modo ou de outro, introduzindo em nossas fileiras a ideologia do inimigo, abandonando o ponto de vista de classe, aplicando mal o marxismo. Essa peculiaridade é válida para qualquer militante, dirigente, ou organismo superior de qualquer Partido que seja. Quando, por exemplo, o camarada Prestes proclamava que o imperialismo tinha os dentes quebrados, quando pregava a paz de classes ou, posteriormente, a luta armada no estilo do Manifesto de Agosto, cedia a ideologia estranha, sem que, por isso, pudesse ser considerado inimigo do Partido. Quando o C.C. e o próprio secretário geral constata o subjetivismo, em apreciações que fizeram, estão precisamente confessando o quanto ainda é grande em nossas fileiras a existência de "contrabandos do inimigo de classe" pois, como se sabe, o subjetivismo é uma posição idealista, e o idealismo é o contrário do materialismo, base primeira de nossa ideologia.

Tudo isso significa que, na luta pelos princípios, devemos evitar generalizações apressadas e que só após a precisa caracterização de um desvio ideológico devemos e podemos tomar medidas restritivas contra essa ou aquela tendência que se manifeste no debate. Não poderíamos, nunca, permitir o antipartidarismo, a renúncia ao internacionalismo proletário, a defesa de pontos de vista com fundamentação em doutrinas estranhas. Mas temos o dever de esclarecer, com argumentos, o que é e o que não é internacionalismo proletário, o que é o que não é antipartidário, o que é e o que não é defesa do marxismo.

São inadmissíveis ataques à União Soviética e ao Partido, diz Prestes. Estamos de acordo. Mas o que se define como "ataques"? Seria um ataque à União Soviética adotar, no passado, uma posição crítica em face das injúrias lançadas aos comunistas iugoslavos pela direção do P.C.U.S.? Claro que não e o C. C. do P. C. B. já fez auto-crítica de seu seguidismo anterior. Da mesma forma, no presente ou no futuro, surgem ou surgirão casos em que aos comunistas é ou será lícito discordar de afirmações teóricas ou de atitudes políticas do PCUS ou da URSS, sem que isso implique em "anti-

sovietismo" ou em antilinternacionalismo proletário. E, como definir caso por caso? Pelo debate, no qual os membros da direção devem entrar com raciocínios e não apenas com generalidades, pois a função dirigente implica em fazer a "análise concreta da realidade concreta" (Lenin) e não só em repetir preceitos gerais que não estão em jogo em si mesmos, mas, exclusivamente quanto à aplicação.

Sem esse baixar à terra não há direção eficiente e a unidade ideológica fica substituída por uma unidade mecânica, administrativa ou burocrática. Devido a seu "maior peso de responsabilidade e experiência", Luiz Carlos Prestes e os outros camaradas dirigentes devem apontar concretamente onde e como se manifestam as tendências estranhas, onde e como se apresentam as verdadeiras tendências revolucionárias, indo às raízes ideológicas dos erros, exemplificando com casos acessíveis, revelando (sem quebra do sigilo partidário) fatos desconhecidos pelo grosso do Partido que precisam conhecer a si mesmo, pela posse de dados positivos e negativos, de inestimável valor.

Durante longos meses, os dirigentes do Partido se omitiram pessoalmente da discussão. A carta de Prestes quebra esse mutismo. Se não tivesse outros méritos, bastaria esse para ser destacada. Mas ainda é uma intervenção a alguns respeito tímida, sobre outros imprecisa.

O secretário-geral não se manifestou sobre pontos capitais: programáticos, táticos e organizativos. Que é feito das teses de nosso programa? Quais as que, ao ver de Prestes, e de outros dirigentes, devem subsistir o quais as que entendem ultrapassadas? Que é da tática? Ainda acha Prestes que o golpe principal deve ser dirigido contra as forças intermediárias, ou aceita que deva ser desfechado contra o inimigo principal — o imperialismo norte-americano? Essas, entre outras, são questões vitais para a atuação do nosso Partido, inclusive para a aplicação dos três pontos da plataforma tática adotada pelo documento provisório do Comitê Central que só pode ser revogado pelo mesmo órgão ou pelo Congresso.

Mas não temos dúvida de que a carta de Prestes é um começo e que outras missivas ou artigos pessoais virão acompanhar essa primeira manifestação. Enquanto isso, tratemos de rejubilar-nos, de seguir seu exemplo, de evitar interpretações capelosas sobre seu pensamento e posição, lembrando-nos da advertência do C. C. de que os inimigos da democratização utilizariam todos os meios, velados ou abertos, para barrar o atual processo democrático.

(20-XI-1956)

Quando o Partido é Tudo

JOSÉ GORENDER

É sempre perigoso basear qualquer análise numa simples frase isolada, pretendendo fazê-la expressar toda uma concepção. Pode-se, é claro, arrumar uma série de fatos e argumentos, organizando-os num sistema lógico que faça a análise aceitável. Mas isto não significa que ela seja verdadeira ou, pelo menos, completa. Em primeiro lugar porque a realidade — inclusive a realidade das deformações de nossa vida partidária e de nossa atuação política — é demasiado complexo para que uma simples frase possa sintetizá-la. E em segundo lugar, porque uma frase isolada, desligada do conjunto e das condições concretas em que foi enunciada, constitui sempre uma arma de dois gumes, algo que pode se voltar contra nossos próprios argumentos.

Penso que é isto o que ocorre com a análise iniciada pelo camarada Quintino de Carvalho (Voz Operária n. 390) e continuada em artigos posteriores de outros companheiros, à base da formulação, feita em informes do C. C., de que «o Partido é tudo».

É indiscutível que a concepção que tínhamos até agora do Partido, como algo que se basta a si mesmo, independente e acima das massas e da realidade, concepção que levou a formulações como a já referida, de que «o Partido é tudo», era inteiramente falsa. Este, entretanto, é apenas um aspecto do problema. Dentro de uma justa concepção do Partido, como «servidor das massas, instrumento das massas», ao qual «cabe um papel determinado, em determinadas condições históricas» (Quintino de Carvalho), dentro da concepção do Partido como «organismo vivo e atuante dentro da realidade» (Nelson Resende, Voz Operária n. 392), e mais, face à importância decisiva desse «papel determinado», e face, ainda, às debilidades que nosso Partido vem apresentando, praticamente em todos os terrenos, poderemos dizer que agora, efetivamente, «o Partido é tudo». Considerando o quadro limitado da realidade atual, essa afirmação será também verdadeira.

Afinal, se nos lançamos a este debate, público, livre e responsável, sacrificando inclusive, ao menos em parte, a possibilidade dos êxitos imediatos resultantes de nossa atividade prática, não é verdade que o fazemos a fim de corrigirmos os erros, as debilidades e as deformações do próprio Partido? Não somos como o avestruz, que esconde a cabeça na areia ante o perigo. O que enfrentamos agora nada tem de rotineiro. Em palavras mais claras, atravessamos um período de transição, o Partido está em crise. Não no sentido que lhe pretende atribuir o inimigo, mas crise da qual sairemos reforçados, prestigiados e ligados mais estreitamente às massas, com uma clara visão da realidade e do caminho que, à frente das massas, devemos percorrer para a conquista do socialismo. As causas de nossos erros estão em nós próprios, em nosso Partido. Da correção dos erros do Partido depende assegurarmos as condições para avanços e vitórias. Em consequência, mesmo que o neguemos em palavras, de fato participamos do atual debate partindo de que agora «o Partido é tudo».

Por outro lado, mesmo aquela concepção anti-marxista do Partido não explica tudo, no que se refere às falsas relações entre o PCE e o PCUS, entre as direções partidárias e a massa de militantes e entre o Partido em seu conjunto e as amplas massas da classe operária e do povo. No sistema de deformações a que se convencionou chamar «culto à personalidade», não podemos erigir um de seus aspectos — o das falsas relações entre o Partido e as massas — em viga mestra e ponto de partida de todos os erros. Isso nos dificultaria uma análise teórica mais aprofundada e de conjunto. A verdade é que, neste sentido os argumentos dos companheiros Quintino de Carvalho e Nelson Resende não me convenceram.

Longe de mim a intenção de transformar a análise daqueles companheiros em jogo de palavras, ou de pretender refutá-la à base de um jogo de palavras meu. Mas a verdade é que as palavras valem pelo que significam e colocar a questão naquela base pode levar a resultados perigosos.

Temos um exemplo disso no artigo de Maurício Pinto Ferreira (Voz Operária número 390), onde afirma que como consequência da concepção de «o Partido é tudo» «exageramos desmedidamente o «reforçamento do Partido», referindo-se ainda a que «um Partido irmão examina a possibilidade de sua autodissolução». O articulista não afirma ser este o nosso caso. Ele cita-o como argumento, para mostrar que mesmo esta possibilidade pode existir, não apenas de que o Partido pode não ser tudo, mas que o Partido pode inclusive não ser nada. E assim, outros companheiros poderão também concluir que este é justamente o nosso caso. E, por mais que sejamos contra os «ismos», isto chama-se liquidação. Mas o fato de que um Partido qualquer esteja estudando esta possibilidade pode nos levar a considerar justa a liquidação do Partido, EM QUAISQUER CONDIÇÕES? Adquirimos sentido crítico em relação ao PCUS e perdemos-lo em relação a um «Partido irmão» que não se sabe sequer qual seja? Sem dúvida, não basta dizer que somos vanguarda para desempenharmos este papel, como não basta falar em hegemonia do proletariado para que este tenha a direção do movimento revolucionário. Mas isto diz respeito aos erros do Partido e a sua correção, de forma alguma nos autoriza a considerar refutada ou superada, em sua essência, a teoria marxista-leninista do Partido do proletariado.

Quando ao exagerarmos o «reforçamento» do Partido, podemos ter falado muito nisso, mas a realidade é outra. Reforçamento do Partido é também uma atuação política correta de acordo com a realidade, ligação com as massas, iniciativa e espírito crítico do conjunto e de cada um dos militantes. Mas, mesmo tomando-o pelo seu sentido mais comum, de quantidade, concluiremos que, também aí, ao invés de exagêro desmedido, o que existe é subestimação e fraqueza. Não discutimos suas causas, mas esta é a situação. Não nos enganemos, uma atuação política correta, realmente de vanguarda, à base de um profundo conhecimento da realidade, a adoção de justos métodos de trabalho com as massas e a democratização da vida interna do Partido — tudo isso que pretendemos conseguir com o debate — levarão a um reforçamento, mesmo quantitativo, do Partido, como nunca conhecemos. Não podemos corrigir uma concepção falsa caindo no lado oposto.

Referi-me a artigo de vários companheiros porque, a meu ver, todos eles têm determinados pontos de vista comuns, independentemente de que possam chegar a conclusões diversas. E esta é uma questão de alcance teórico indiscutível e de importância prática imediata muito grande. Não discutiremos para as calendas gregas. Se determinadas modificações terão que esperar pelo V Congresso, é certo, também, que não precisaremos esperar pela realização deste conclave partidário para iniciarmos a aplicar toda uma série de conclusões a que o atual debate nos está levando, sem ficarmos presos a esquemas, de atuação política ou de estrutura, reconhecidamente falsos ou caducos. O inimigo existe, a luta de classes continua e temos nosso papel decisivo dentro dela. E uma destas conclusões que devemos aplicar é que, no decorrer do próprio debate, com uma concepção verdadeiramente nova do Partido, de sua atuação política e de seus métodos de trabalho, é indispensável continuar zelando, não só em palavras mas também de fato, pelo seu «reforçamento», em todos os sentidos e também no terreno estritamente quantitativo. Uma série de questões se colocam dentro disso, questões referentes a Programa, a caminho estratégico, a formas de estrutura, a métodos de trabalho interno e com as massas, etc. Tudo isto está em discussão, possibilitando-nos substituir a unidade formal e mecânica ainda em grande parte dominante entre nós por uma unidade realmente consciente e ativa. Mas tudo isto pouco nos ajudará se não nos colocarmos resolutamente do ponto de vista de que somos Partido Comunista, Partido do proletariado, que surgiu e que existe por exigência da própria sociedade brasileira, Partido que, dentro de uma perspectiva histórica necessariamente corrigirá os erros que tenha cometido. Partido que é realmente tudo, na sua qualidade de instrumento insubstituível da luta revolucionária das amplas massas da classe operária e do povo brasileiro.

Voz dos Leitores

**EMPOSSADA
NOVA DIRETORIA
DOS TÊXTEIS
DE CATAGUAZES**

CATAGUAZES, M. G. (Do correspondente) — Foi solenemente empossada, em sessão



recentemente realizada, a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem desta cidade. Estiveram representados os sindicatos de têxteis de Leopoldina, Belo Horizonte, a Federação

dos Têxteis, a delegacia regional do I. A. P. I., o presidente do I. A. P. I., o sr. Trancido Neves, vereadores e partidos políticos.

Durante a sessão, aberta pelo vereador Galba Ferraz, discursaram o presidente do Sindicato, sr. Newton Rodrigues, os srs. Wilson de Souza, José Rosa Filho, Sinval Bambira, José Sodré, Manoel Silva Filho e outros. Através a palavra dos representantes de sindicatos, foi reafirmada a necessidade da unidade dos trabalhadores e dos sindicatos em torno de reivindicações comuns, exigida a revogação do decreto 9.970 e a aprovação do projeto Bilec Pinto sobre aposentadoria. Outros assuntos abordados foram a carestia da vida, o direito de greve e a tabela móvel de salários. O secretário eleito, José Rosa Filho, fez uma demonstração das necessidades atuais dos trabalhadores, comparando salários e custo de vida, depois do que foi encerrada a solenidade em meio à confraternização e entusiasmo dos presentes.

Após a posse, o delegado regional do I. A. P. I. convidou os dirigentes sindicais para uma troca de idéias e para ouvir suas reivindicações.

ONEGAM O SALÁRIO-MÍNIMO EM CONCEIÇÃO DO MACABU

DO sr. Júlio Coelho, de Conceição do Macabú (RJ), recebemos: «O custo da vida neste município é um dos mais elevados do Estado do Rio, enquanto o salário pago aos trabalhadores das lavouras, das fazendas de plantadores de cana e das fazendas pertencentes às usinas, varia entre Cr\$ 25,00 e Cr\$ 45,00 por dia (apesar do salário-mínimo ser de Cr\$ 106,00 por dia ou Cr\$ 3.200,00 mensais).

O salário-mínimo só é pago aqui aos trabalhadores das usinas. Assistência médica ou hospitalar não existe. A maioria dos trabalhadores não tem carteira, o que é aproveitado pelos fazendeiros para desrespeitar todos os seus direitos. A esse respeito, aliás, ocorreu aqui um caso demonstrativo: um trabalhador da fazenda do sr. Manoel Castro necessitava apresentar à junta militar um comprovante de que é filho único e arrimo de mãe; para que o documento fosse válido, o fazendeiro devia assiná-lo e mencionar quanto pagava ao seu empregado. O fazendeiro teria, assim, que se denunciar a si mesmo à justiça, pois não paga o salário-mínimo estabelecido pela lei. Diante disso, ele preferiu mandar embora o empregado. Este fazendeiro considera um «crime» a lei do salário-mínimo.

Como se vê, é necessário que a fiscalização do Ministério do Trabalho faça cumprir a lei do salário-mínimo nesta região. É necessário, também, que os trabalhadores juntem seus esforços e, organizados, lutem em defesa dos seus direitos».



Não Pagam Salário-Mínimo em São Manoel (S. Paulo)

DO SR. A. MONTEIRO SILVA, de São Manoel (S.P.), recebemos: «Os salários dos trabalhadores neste município continuam muito baixos, inteiramente insuficientes para as necessidades mínimas das famílias. Os fazendeiros desrespeitam a lei e não pagam o salário-mínimo. Por outro lado, o comércio argumenta que houve elevação do salário-mínimo e aumenta os preços, ficando os trabalhadores rurais duplamente prejudicados: não ganham o mínimo e enfrentam carestia maior.

É freqüente ver pelas estradas pais de famílias procurando um melhor meio de vida. Nas fazendas, além da exploração, os patrões ainda continuam aplicando o sistema feudal do «vale» e do «barracão». Estes fatos indicam aos trabalhadores a necessidade de lutarem unidos para conquistar seus direitos e obterem melhores condições de vida.»

Liberdade

de Imprensa

DOM PEDRITO, RS (Do correspondente) — A Câmara Municipal desta cidade aprovou por unanimidade uma moção dirigida aos líderes gaúchos na Câmara Federal nos seguintes termos: «Esta Câmara manifesta sua confiança em que esse Parlamento não aprovará qualquer dispositivo da nova lei de imprensa que importe em restrição à livre manifestação do pensamento, essência do regime democrático».

JOÃO PESSOA CONTRIBUI PARA A IMPRENSA POPULAR

JOÃO PESSOA, Pb. (Do correspondente) — Realizou-se nesta Capital, em fins de novembro, uma festa popular em benefício da Campanha dos Vinte Milhões para os jornais populares. A festa foi divertida e animada por várias brincadeiras. O vereador João Cabral Batista patrocinou o popular «pau de sêbo», o comerciante Rafael Pedro Gonçalves patrocinou o «quebra-panela», o vereador José Gomes da Li-

ma patrocinou a «corrida da agulha» e os srs. Pedro Alves e José Gomes da Silva ofereceram a «corrida do saco» e um leilão americano. Os garotos que venceram os concursos receberam prêmios, em meio à animação geral.

A noite, a festa foi encerrada com um grande «show» dançante.

POSTA RESTANTE

A. MONTEIRO E SILVA — Sobre sua consulta a respeito do pagamento de imposto de renda pelos aposentados, temos a esclarecer que só os aposentados por motivo de doença grave ou acidente não estão sujeitos ao pagamento do citado imposto.

FRANCISCO RODRIGUES — Em relação à pergunta sobre os direitos salariais do jovem funcionário do D.C.T., esclarecemos que o salário-mínimo não se aplica aos funcionários públicos federais. Convém, entretanto, que o rapaz procure um advogado aí e explique-lhe detalhadamente sua situação, inclusive em relação aos seus colegas de trabalho.

Carestia

Em Catanduva

CATANDUVA, S.P. (Do correspondente) — A elevação do custo da vida nesta cidade — como, de resto, em todo o país — prossegue em um ritmo vertiginoso. O pretexto mais comum para justificar isso, da parte dos comerciantes e capitalistas, é o aumento do salário-mínimo, embora os fazendeiros recusem-se a pagá-lo aos trabalhadores rurais.

- Alguns dos preços vigentes aqui, no fim de novembro: arroz, \$ 22,00 o quilo; feijão, \$ 20,00; banha, ... \$ 55,00; açúcar (cristal), \$ 11,00 e refinado, \$ 14,00; macarrão, \$ 20,00; farinha mandioca, \$ 10,00 e de milho, \$ 20,00; carne verde, ... \$ 40,00; toucinho, \$ 40,00; batatinha, \$ 15,00; cebola, ... \$ 15,00; café, \$ 65,00 (torrado); sal filtrado, \$ 8,00; sabão, \$ 24,00; aluguel de casa (3 cômodos) em bairro distante, \$ 600,00; luz (média mensal), \$ 7,00; uma litro de leite, \$ 7,00; uma lata de óleo de algodão, \$ 55,00; uma lata de leite Ninho, .. \$ 55,00.

DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE AS CONVERSACÕES ENTRE AS DELEGAÇÕES DO C. C. DO P. C. U. S. E DO GOVÊRNO...

(CONCLUSÃO DA 2ª PÁG.)

O acôrdo correspondente, que define o status jurídico das tropas soviéticas no período de seu estacionamento temporário em território da Polónia, será firmado dentro de breve tempo.

Orientando-se no sentido do fortalecimento progressivo da amizade soviético-polonesa, as delegações concordaram sobre os princípios, à base dos quais os órgãos correspondentes da União Soviética contribuirão para a ulterior repatriação dos poloneses que têm famílias na Polónia, assim como para o regresso à Polónia daqueles que, por razões independentes de sua vontade, não puderam fazer uso do direito a repatriação na base do acôrdo soviético-polonês de 1945. A delegação soviética declarou que será examinada pelo Presidium do Soviet Supremo da URSS a proposta de antecipar a libertação e a repatriação, ou a transferência aos órgãos poloneses, das pessoas que se encontram como prisioneiras. As duas partes concordaram em que próximamente se realize um contacto dos órgãos competentes dos dois países para estabelecimento dos prazos e da ordem de repatriação.

No decorrer das conversações, foi assinalado que nos últimos anos desenvolveu-se com êxito a cooperação cultural entre a URSS e a República Popular da Polónia. Em Varsóvia, a 30 de junho de 1956, foi firmado um acôrdo sobre a cooperação cultural entre a URSS e a Polónia, que prevê

o contínuo e fecundo desenvolvimento das relações soviético-polonesas nos domínios da ciência, da cultura e da arte. A estreita cooperação cultural entre a União Soviética e a Polónia contribuirá efetivamente, no futuro, para o reforçamento da sincera e fraternal amizade entre os povos soviético e poloneses.

As duas partes envidarão todos os esforços no sentido de informarem, da maneira mais conveniente, a seus povos sobre os passos empreendidos e realizados nas esferas política, econômica e outras da vida da União Soviética e da República Popular da Polónia, sobre as mútuas conquistas na edificação socialista, o que contribuirá para tornar mais profundas a amizade e a compreensão mútua entre os dois países.

A delegação do CC do PCUS e do Govêrno Soviético e a delegação do CC do POUP e do Govêrno polonês expressam sua firme confiança em que a ampla e franca troca de opiniões, observada no decorrer das conversações, contribuirá para o desenvolvimento ulterior das relações amistosas entre a URSS e a República Popular da Polónia e entre o PCUS e o POUP, em benefício dos povos de ambos os países e no interesse da consolidação da paz e da segurança em todo o mundo.

Moscou, 18 de novembro de 1956

- N. S. KRUSCHIOV, 1º secretário do CC do PCUS
- N. A. BULGANIN, presidente do Conselho de Ministros da URSS
- VLADISLAV GOMULKA, 1º secretário do CC do POUP
- JOSEF CYRANKIEWICZ, presidente do Conselho de Ministros da RPP

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável

Aydano do Couto Ferraz

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual	100,00
Semestral	60,00
Trimestral	30,00
Núm. avulso	2,00
Núm. atrasado	3,00
Aérea ou sob registro, despesas à parte:	
Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte	2,00
Goias e interior de Amazonas e Territórios	4,00
Outros Estados	3,00
M. Gerais	2,50

SUCURSAIS:

- SAO PAULO — Rua dos Estudantes nº 84 s/ 28, 2º and. — Tel. 37-4983
 - PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, nº 66, s/ 43.
 - RECIFE — Rua Floriano Peixoto nº 85 — 3º and. — s/ 326
 - FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, nº 1.248 — s/22 — Tel. 1-13-03.
 - SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias s/ 203 (Calçada)
 - JOAO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1º and. — Salas 3 e 4.
- Enderço Telefónico da Matriz e das Sucursais:

VOZ PÉRIA

Despertar o Interêsse dos Sindicatos Pela Prevenção de Acidentes no Trabalho

O QUE SÃO AS COMISSÕES INTERNAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES — POUCO EFICIENTE A DIVISÃO DE HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO — PORQUE NÃO OBTIVE REPERCUSSÃO O II CONGRESSO DAS CIPA?

Texto de ROBERTO MORENA

São numerosos, em nosso país, os acidentes do trabalho nos estabelecimentos industriais e comerciais. De ano para ano cresce o número de acidentados, tornando mais grave ainda o problema. Infelizmente, entretanto, as organizações sindicais ainda não se ocuparam seriamente do mesmo. Algumas medidas postas em prática para prevenir ou reparar os acidentes correm por conta de companhias seguradoras particulares, caixas de acidentes ou cooperativas do mesmo gênero.

PROTEÇÃO DEFICIENTE

Essas medidas são, contudo, bastante deficientes e não atingem senão uma ínfima parte das empresas industriais. E algumas organizações não procuram realmente criar condições de segurança no trabalho, mas sim evitar acidentes para não pagar as indenizações devidas.

Os operários da construção civil incluem-se entre os mais

vítimas por acidentes, trabalhando em estruturas de cimento armado ou no revesti-



BUROCRATISMO

A Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho, órgão do

Ministério do Trabalho, deveria exercer a fiscalização direta nos estabelecimentos fabris e comerciais sobre a prevenção de acidentes. No entanto, tal não acontece. A D.H.S.T. está completamente desequipada para cumprir suas finalidades e dispõe somente de 26 médicos. Além do mais, está mergulhada no mais profundo burocratismo e limita-se a publicar conselhos e cartazes de propaganda que mal chegam às sedes dos sindicatos.

Os sindicatos ainda não se preocuparam suficientemente com esse problema. Uma ação conjunta e constante dos sindicatos com os empregados nas próprias empresas possibilitaria uma melhoria no serviço de prevenção de acidentes do trabalho.

Além disso, pouca garantia tem o acidentado. As indenizações em caso de perda total de certos órgãos, de invalidez e mesmo de morte são baixas, estão longe de se equivar à preciosa vida do trabalhador.

Dalí, a realização da IX Semana de Preservação de Acidentes do Trabalho (26 a 1 de dezembro corrente) e do II Congresso Nacional das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes não obteve repercussão nos meios sindicais. A participação operária nessas comissões (CIPA), é ainda ineficiente e sem atuação e algumas intervenções de trabalhadores havidas no Congresso não se revestiram de sentido crítico ou de denúncia.

As CIPA, com o apoio vivo dos trabalhadores e de suas entidades, se dispõem a trabalhar, porém a não estado lastimável das condições de segurança em quase todos os estabelecimentos fabris, que causam invalidez e morte a milhares de operários.

Por outro lado, a organização e o funcionamento regular das CIPA contribuirá para levar as entidades sindicais ao própro selo das empresas e para habituar os empregados a discutirem os seus problemas no local mesmo do trabalho.

A organização e o funcionamento dessas comissões internas é, portanto, em primeiro lugar, um problema dos sindicatos e dos operários. Sua participação nelas será um fator decisivo para ajustá-las, para colocá-las a serviço dos interesses dos trabalhadores e para melhorar efetivamente a situação da prevenção de acidentes.

COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

As CIPA compõem-se de representantes dos empregadores, do pessoal técnico e de empregados, eleitos por eles mesmos. Segundo a regulamentação, as CIPA reúnem-se mensalmente ou extraordinariamente quando ocorrer um acidente grave que demande um exame mais acurado e a aplicação de novas medidas de segurança.

Entretanto, até agora o funcionamento das CIPA tem sido mais burocrático, sem a movimentação que lhes poderia dar o caráter de ação e de defesa dos operários e sindicatos. Se

Conquistar o Abono de Natal Ainda no Mês de Dezembro

Em diversos pontos do país iniciam campanhas pelo abono de Natal, neste mês de dezembro, várias corporações de operários, comerciários, funcionários, bancários e outros trabalhadores. O recebimento de determinada quantia extra, a título de abono de Natal, já é praticamente uma tradição nos principais centros populosos do país, inclusive reconhecido por numerosas empresas e estabelecimentos. Há, até, empresas que pagam 75 ou 60 dias de salário como abono.

No ano corrente, são maiores que antes as possibilidades de os trabalhadores conquistarem o pagamento do abono. Para isso, eles têm não só a experiência das campanhas anteriores, como reforçaram ainda mais suas organizações e estreitaram sua unidade.

Por outro lado, os lucros das empresas têm aumentado continuamente, de ano para ano. Segundo o IBGE, os lucros globais das empresas que representam 80 por cento da produção industrial do país foram, em 1955, de seis bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros. Entre os maiores lucros no país, incluem-se os Cr\$ 629.525.426,55 das IRF Matarazzo, Cr\$ 404.423.473,70 do Frigorífico Wilson, Cr\$ 330.281.299,40 da Ultrágas, Cr\$ 300.683.216,50 da Mesbla, Cr\$ 223.651.113,20 da Nitro Químico Brasileira, Cr\$ 171.000.000,00 da Ford, Cr\$ 136.749.214,20 da Bangu, etc., lucros confessados em 1955.

No entanto, o abono de Natal não é conquistado sem a movimentação dos trabalhadores, como demonstra a experiência. Em geral, as campanhas são realizadas através de petições, abaixo-assinados, comissões diretas aos empregados, assembleias, etc. Há também outras maneiras, como a mobilização dos sindicatos, das federações estaduais e nacionais, que entram em negociações diretas com os órgãos patronais respectivos e possibilitam a conquista da gratificação em escala mais ampla. A participação dos sindicatos e federações, conjuntamente com o movimento dos trabalhadores nos locais de trabalho, contribuirá para a unidade e fortalecimento das entidades de classe e permitirá que o abono seja conseguido ainda antes das festas de Natal e Ano Novo, já bem próximas.

LANÇADOS AO DESEMPREGO 250 EMPREGADOS DA VIAÇÃO SÃO PAULO

PELA TERCEIRA vez, no Distrito Federal, uma empresa de ônibus aplica autêntico "conto do vigário" em seus empregados. Desta feita, foi a "Viação São Paulo" (linhas Pilares-Castelo e Meier-Pena) que lançou no desemprego cerca de 250 trabalhadores, sem pagar-lhes salários atrasados, aviso-prévio, indenização e outros direitos assegurados por lei.

A empresa possuía 41 ônibus. Aos poucos, ela foi retirando os carros do serviço, pintando-os e vendendo-os em seguida, até que só restavam quatro ônibus. No dia 22 de novembro, os patrões efetuaram o último pagamento e desapareceram. Uma semana depois, pararam completamente os carros restantes. Os trabalhadores estavam atirados ao desemprego, inclusive os que já tinham mais de dez anos de casa. Além de perderem o emprego e duas semanas de salários atrasados, os motoristas e trocadores ficaram impossibilitados de conseguir outro trabalho, pois a empresa não pagou ao I.A.P.E.T.C. as contribuições que descontava há tempos dos seus empregados e nem as multas devidas no Serviço de Trânsito.

Em sucessivas reuniões realizadas em seu sindicato, os empregados deliberaram solicitar à justiça a rescisão dos contratos de trabalhos e fazer um levantamento dos bens da empresa, com o que procurariam ressarcir-se dos prejuízos avultados que tiveram. As instalações da empresa foram interditadas pela Prefeitura e as chaves do prédio serão entregues às autoridades por notificação judicial. As vendas feitas pelos ex-patrões ainda poderão ser anuladas por servirem a uma manobra de falência fraudulenta.

mento de altos edifícios sem nenhuma garantia, sujeitos a quedas fatais.

Nas empresas onde se empregam máquinas altamente perigosas, pouco cuidado se tem com as engrenagens, quase sempre expostas sem nenhuma proteção. As prensas hidráulicas ou marteletes, as instalações de eletricidade, as emanações de gases, as fagulhas de esmeril, a fina pulverização das pinturas modernas usadas em pistolas, são alguns dos trabalhos que reclamam cuidados. exigem o uso de protetores e meios preventivos para salvar a vida e a saúde do trabalhador.

A LEGISLAÇÃO SOBRE ACIDENTES

A legislação a respeito desse aspecto do trabalho está muito ligada à Previdência Social. Mas ela não é conhecida em toda sua extensão, ainda não foi submetida a um sério exame crítico, pelas organizações sindicais, embora elas conheçam inúmeros casos em que se pode avaliar a aplicação dos preceitos da lei. Até recentemente, o acidentado percebia 28 cruzeiros por dia, quando

OS ACIDENTES fatais são frequentes, na construção civil, graças à insegurança no trabalho. NA FOTO: um operário perde a vida, caindo de grande altura. Trabalhava nos andaimes de uma obra e, como sempre ocorre, sem qualquer segurança. É possível por fim a esse estado de coisas.



Na foto, os corpos de dois operários mortos em um desastre na empresa onde trabalhavam. Na grande maioria dos estabelecimentos fabris e comerciais do país, a segurança do trabalho e a prevenção de acidentes estão relegadas a absoluto desprêzo. Não há fiscalização do Ministério do Trabalho.

Reclamam Títulos Definitivos de Posse da Terra

IMPORTANTES RESOLUÇÕES DA CONFÉRENCIA DE CAMPESES DE DOURADOS E ITAPORÁ — MEDIDAS DE PROTEÇÃO À LAVOURA E PELA LIVRE ASSOCIAÇÃO DOS LAVRADORES

CERCA de 500 delegados, além de outros mil camponeses, participaram de uma importante conferência, realizada na segunda quinzena de novembro, em Dourados (Mato Grosso) e que reuniu os lavradores desse município e de Itaporá. O temário discutido, e as resoluções aprovadas, exprimem as reivindicações mais sentidas e urgentes dos que trabalham na terra, naquela região.

FUNDADO O SINDICATO RURAL DE ALTINÓPOLIS

MAIS DE 300 trabalhadores rurais participaram da assembleia de fundação do Sindicato Rural de Altinópolis (São Paulo), realizada no dia 11 de novembro, naquela cidade. O novo sindicato passará a funcionar em sede provisória, à Rua Maria Tereza.

O ato de fundação da entidade contou com a presença de numerosos convidados, entre os quais o diretor da Divisão Regional do Trabalho, sr. Celsus Pimentel e o fazendeiro Miguel Angelo Sabia, presidente do diretório local do PTB. Após a reunião, que decorreu em um clima de entusiasmo, trinta novos sócios ingressaram no sindicato. Falando na assembleia, o delegado do Trabalho declarou-se à disposição do novo órgão sindical, assinalando que este devia empenhar-se pelo reconhecimento do Ministério do Trabalho.

Na reunião foram lidas mensagens do Ministro da Guerra, gen. Teixeira Lott, do prefeito de Ribeirão Preto, sr. Costabile Romano, do deputado federal Feola Moreira e do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

É a seguinte a diretoria provisória da entidade: presidente — Antônio Pimenta de Oliveira; secretário — José Gonçalves de Andrade; tesoureiro — Erasmo Oliveira, suplentes da diretoria — Altímio Batista de Assis, Veriano Gomes dos Santos e Odílio Ribeiro. Para o Conselho Fiscal — José Simão de Aguiar, Antônio Cadorini e Pedro Bernardino dos Santos; suplentes — Milton Cadorini, Paulo dos Santos e Valdomiro Amancio de Castro.

A fundação do Sindicato de Altinópolis é fruto do desejo de organização, que anima os trabalhadores rurais do município, para a defesa de seus direitos sonhados pelos latifundiários.

OS DELEGADOS foram eleitos em amplas assembleias, nas quais se discutiram os problemas específicos das fazendas, distritos etc. levados ao debate na conferência.

Uma comissão permanente foi eleita, com o fim de cuidar da aplicação das decisões do conclave, sendo a seguinte sua composição: deputados Wilson Dias Pinho (PSD) e Alberto Montelero (PSP), vereador Delmar Oliveira (UDN) e os camponeses Washington Alves da Silva e José Galdino.

ALÉM das resoluções sobre os pontos do temário, a Conferência aprovou diversas moções, entre as quais uma de apoio ao titular da pasta da Guerra, general Teixeira Lott, por sua atitude em defesa da legalidade democrática e da soberania nacional. Moção dirigida ao presidente da República re-

clamava o estabelecimento de relações com todos os países do mundo.

SOBRE o primeiro ponto do temário (financiamento agropecuário e preços mínimos compensadores) foram adotadas as seguintes resoluções:

- 1) — Instalação em Dourados, de uma agência do Banco do Brasil, para o financiamento da produção;
- 2) — Financiamento pela Comissão de Planejamento da Produção, aos lavradores que ainda não possuem seus títulos definitivos.
- 3) — Instalação, em Dourados, de Cooperativa mista, com cada Produção, de um armazém de compra da produção.
- 4) — Criação de uma grande Cooperativa mista, com capital da Federação do Estado e do povo.

SÃO as seguintes as resoluções sobre o segundo ponto do temário (loteamento e medição de novas áreas com entrega dos títulos definitivos de posse)

- 1) — Medição da área restante do Núcleo Colonial de Dourados e entrega das terras e títulos definitivos de posse aos posseiros.
- 2) — Extensão da área do Núcleo Colonial de Dourados, através da desapropriação dos latifúndios em benefício social, segundo a Constituição.

SOBRE o terceiro ponto do temário (cumprimento do decreto-lei n° 3.059) são as seguintes as resoluções:

- 1) — Construção de novas estradas e melhoramento das estradas já existentes.

2) — Término das obras de construção de escolas e edificação de novas.

3) — Fundação de um hospital, convenientemente aparelhado, em Vila Brasil, incluindo no mesmo uma seção de maternidade.

A CONFÉRENCIA adotou, ainda, uma resolução segundo a qual deverão lutar os camponeses pela mais ampla organização dos trabalhadores do campo e pela garantia do direito de livre associação, bem como por medidas práticas contra a carestia.

Reforçar os Sindicatos Rurais E Lutar Por Seu Reconhecimento

A POSIÇÃO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS E COLONOS NA LUTA CONTRA O CHAMADO «CONFISCO CAMBIAL» — PARTICIPARAM DAS MANIFESTAÇÕES EM UMA POSIÇÃO CONTRÁRIA À SUPRESSÃO DO «CONFISCO» E LEVANTANDO SUAS REIVINDICAÇÕES ESPECÍFICAS

PARTICIPANDO dos movimentos realizados, no interior paulista (especialmente na Alta Araraquarense) pela FARESP e associações rurais filiadas, contra o «confisco cambial», os trabalhadores rurais (colonos, camaradas, etc.), daquela região, vêm levantando suas reivindicações específicas e fortalecendo seus sindicatos, assim como firmando uma posição independente em relação ao problema que agita os meios rurais de São Paulo e norte do Paraná.

OS TRABALHADORES RURAIS E O CONFISCO

Os trabalhadores não tomaram posição contra o chamado «confisco cambial».

Os trabalhadores rurais não tomaram posição contra o chamado «confisco cambial», partindo de que esta é, essencialmente, uma reivindicação impatriótica, cujo atendimento acarretaria uma situação ruíndica para toda a economia nacional. O «confisco cambial» possibilita ao governo uma enorme fonte de recursos financeiros e, se fosse extinto, determinaria o agravamento do processo inflacionário, com todas as suas desastrosas consequências. O governo seria obrigado a emitir para satisfazer as despesas atualmente cobertas com o produto dos ágios arrecadados pelo Banco do Brasil. Isso significaria a elevação rápida de todos os preços (inclusive dos preços dos produtos utilizados na agricultura) e a queda do poder aquisitivo dos salários — queda que anularia em pouco tempo, qualquer aumento nominal obtido.

Além disso, a supressão do «confisco» beneficiaria apenas os grandes exportadores latifundiários. Para os pe-

quenos e médios e, principalmente, para os trabalhadores agrícolas, só restariam as consequências negativas — isto é, mais carestia, mais dificuldades.

Por estas razões, os trabalhadores rurais não apóiam o movimento, encabeçado por um grupo de grandes fazendeiros, pela supressão do chamado «confisco cambial».

LUTAM POR SUAS REIVINDICAÇÕES

Os trabalhadores rurais, colonos, camaradas volantes e seus sindicatos, convocada pelas associações rurais e pela FARESP para as concentrações que vêm realizando, a estas comparecem para levantar suas reivindicações e reclamar o cumprimento das leis em vigor, no que lhes beneficia.

Assim, em São José do Rio Preto cerca de três mil e quinhentos colonos e assalariados do campo compareceram à concentração, empunhando faixas nas quais reclamavam o pagamento do salário mínimo da região, pagamento das férias anuais e reconhecimento de numerosos direitos legais que os latifundiários vêm sonhando, inclusive pela violência, há muito tempo.

RECONHECIMENTO DO DIREITO DE ORGANIZAÇÃO

Importante êxito obtido pelos colonos e assalariados, ao participarem, com uma posição independente, nos movimentos pela FARESP, é o reconhecimento, por influentes líderes dessa entidade, de seu legítimo direito à organização sindical. Nesse sentido, alcançou grande repercussão o pronunciamento do Sr. Clovis Sales Santos, presidente da FARESP, favorável à organização livre dos sindicatos. Obteve, igualmente, grande repercussão a entrevista concedida ao jornal «A Tribuna» de São José do Rio Preto, pelo sr. Luis Duarte Silva, vice-presidente da FARESP e presidente da Associação Rural da região, que afirma:

«Acho que a sindicalização do trabalhador rural é uma necessidade premente, porque os trabalhadores rurais sempre estiveram abandonados. É um dever de todos nós, da lavoura, é mesmo uma obrigação moral e cristã, lutar para que o conforto e a civilização atinjam às paupérrimas casas dos nossos trabalhadores do campo, cuja miséria está a olhos vistos. Falta-nos completar a abolição da escravatura que ainda perdura neste setor. Portanto, no meu entender a sindicalização rural é o primeiro passo dessa nova era».

Os trabalhadores rurais e colonos saberão, nas atuais circunstâncias, lutar pelo pleno reconhecimento dos sindicatos e do direito de livre organização sindical — direito que a lei lhes assegura.

(NAS FOTOS: desfile de trabalhadores rurais e colonos, em São José do Rio Preto).



ATROCINADA por deputados e outras personalidades do Estado, realiza-se, este mês, no Maranhão, uma Conferência Agrária Estadual, que discutirá importantes questões não somente de interesse dos camponeses e trabalhadores agrícolas, como da economia maranhense. A Conferência, que terá lugar em São Luis, discutirá o temário seguinte:

- 1.º — Reforma Agrária:
 - a) Estudos dos diversos projetos apresentados na Câmara Federal;
 - b) Divisão e entrega gratui-

TEMÁRIO DA CONFÉRENCIA AGRÁRIA DO MARANHÃO

ta das terras, incultas ou que não estejam sendo aproveitadas, sejam do Estado ou não.

- 2.º — Medidas concretas visando o aumento e barateamento da produção agropecuária a saber:
 - a) Financiamento fácil, a longo prazo e juros mínimos;
 - b) Garantia de preços mínimos aos produtos;

c) Ampliação e melhoramento do sistema de transporte;

- d) Fomento da produção;
- e) Desenvolvimento do associativismo e sindicalização das classes rurais.
- 3.º — Legislação trabalhista aos trabalhadores rurais, especialmente:
 - a) Assistência social;
 - b) Salários;

- c) Regime de trabalho;
- d) Previdência.
- 4.º — Nova lei de Terras do Estado, objetivando:
 - a) Seu enquadramento na Reforma Agrária;
 - b) Colonização;
 - c) Facilidade no processamento para a aquisição da propriedade.
- 5.º — Problemas agropecuários do Estado:
 - a) Criação da Secretaria da Agricultura;
 - b) Problema do Babaquá;
 - c) Problema do arroz e algodão;
 - d) Influência agropecuária na economia do Maranhão.

POR UM CAMINHO ITALIANO PARA O SOCIALISMO

Uma situação nova criou-se hoje no mundo. Desenvolve-se hoje em nosso país uma nova situação.

O socialismo fez progressos grandiosos, que têm modificado a estrutura econômica e política de todo o mundo. O capitalismo não é mais a força dominante. A causa da paz tem conquistado notáveis vitórias. Uma nova guerra pode ser evitada. Novos povos, ontem sujeitos à opressão colonial, avançam para a liberdade. Abrem-se aos homens, cada vez mais amplos e seguros, os caminhos do progresso político e social.

As conquistas fundamentais realizadas em nosso país com a derrota do fascismo têm sido mantidas. Foram derrotadas as tentativas feitas no sentido de aboli-las. O movimento operário e popular vem mantendo suas posições e seu impulso. Para pôr fim ao atraso econômico e político, para acabar com o desemprego e a miséria, para satisfazer à fome de terra dos camponeses — porque o progresso técnico torna-se um fator decisivo do progresso social — apresenta-se, cada vez mais evidente e urgente, a necessidade de marchar para frente, de golpear, através de medidas eficazes, o monopólio da terra e o monopólio na indústria, de proceder a uma profunda transformação da estrutura econômica, de realizar as reformas previstas na Constituição da república. Por esse caminho, defendendo, consolidando e ampliando o regime democrático, a classe operária e o povo avançam no sentido do socialismo.

Ciente da necessidade de adequar sua orientação política e toda sua ação a esta situação nova, o Partido Comunista Italiano se reforça e se renova, para dar à marcha para o socialismo uma nova, decisiva contribuição própria.

A NOVA SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1. — As modificações da estrutura econômica e política do mundo que hoje vêm à luz são conseqüências das grandes vitórias conquistadas pelo movimento democrático popular e socialista e, no seio deste, pelos comunistas, em menos de quatro décadas. Essas vitórias são representadas pela Revolução Socialista de Outubro e pela construção de uma sociedade socialista na União Soviética; pela derrota do fascismo na segunda guerra mundial; pela marcha no sentido do socialismo de numerosos outros países da Europa e da Ásia; pela vitória da revolução chinesa; pelos grandes êxitos alcançados no movimento de libertação dos povos das colônias; pelo desenvolvimento do movimento operário e socialista, e pela formação de alguns grandes Partidos Comunistas no mundo capitalista.

O socialismo é hoje um sistema mundial de Estados que colaboram e se ajudam entre si fraternalmente. Um novo grupo de Estados independentes surgiu sobre a ruína parcial do sistema colonial. Estes constituem uma nova zona de paz e néles se torna precisa a tendência a abandonar o caminho tradicional da economia capitalista, adotando alguns métodos de direção econômica próprios do socialismo. Não apenas reduziu-se consideravelmente a área de domínio do imperialismo como também tornou-se ainda mais reduzido o próprio prestígio do capitalismo, agravou-se sua crise geral, aprofundaram-se suas contradições internas.

Nessas novas condições abrem-se aos povos novas perspectivas para aluta pela paz. Fracassaram as tentativas feitas pelos grupos imperialistas mais agressivos no sentido de reconquistarem seu predomínio absoluto, lançando o mundo para o abismo de um novo conflito mundial. Quebrado o monopólio atômico americano, sofreu um sério golpe a ilusão de poderio que nele se baseava. Na Coreia e na Indochina as forças do imperialismo foram postas em cheque e derrotadas. A hostilidade geral dos povos em relação a um novo conflito armado, sua vontade de salvar a paz manifestaram-se em proporções e forma sem precedentes. Surgiu um grandioso movimento de partidários da paz, o qual representa uma nova potência mundial. Vinte e nove países da África e da Ásia, tendo à frente a Índia e a China, proclamaram solenemente em Bandung os novos princípios para uma política internacional pacífica. A possibilidade e a necessidade da coexistência pacífica e da colaboração entre países regidos por princípios econômicos e sociais diferentes, afirmadas pelos comunistas logo nos primeiros dias após a conquista do poder na União Soviética não podem mais ser negadas. As forças reais que podem mover-se em defesa da paz conquistaram tamanha amplitude e tal peso econômico e político que a guerra não parece mais inevitável, embora o regime capitalista continue existindo. A política da guerra fria contra os países do socialismo entra em crise. Iniciou-se, entre incertezas e contrastes, um período de relativo alívio nas relações internacionais.

2. — O capitalismo e o imperialismo mantêm, nesta nova fase, suas características fundamentais. Os progressos alcançados pela técnica e pela produção se fazem acompanhar de uma acentuada concentração dos monopólios e não se traduzem em progresso social. Os monopólios capitalistas subordinam cada vez mais o aparelho do Estado e procedem à criação de organismos nacionais e internacionais, com a finalidade de dominarem os mercados, limitando cada vez mais a esfera de existência e de desenvolvimento das empresas pequenas e médias. Estas descarregam sobre a coletividade o peso das medidas que visam a defender e a aumentar seus lucros. A evolução econômica continua a efetuar-se de maneira desigual e a saltos, em meio a um aguçamento dos contrastes de classe, do desequilíbrio social e da rivalidade entre os países, manifestando-se de maneira cada vez mais agudas todas as contradições do sistema capitalista.

(PROJETO DE TESES PARA O VIII CONGRESSO DO P.C.I.)

O rearmamento que, em alguns países, se tornou o principal fator para o aumento da produção, impôs ônus insuportáveis às finanças do Estado e, em particular, à população mais pobre, criou grandes desequilíbrios na atividade produtiva, e fez surgir novos perigos de inflação. A intensidade do trabalho e o grau de exploração dos operários nas fábricas aumentam em toda a parte. Os primeiros passos na introdução dos processos automáticos apresentam ao proletariado da Europa ocidental problemas novos de luta, para impedir que esse progresso se traduza exclusivamente em novo aumento dos lucros e do poder econômico dos monopólios, acompanhando de uma nova onda de grande desemprego.

Está hoje minado todo o sistema de relações econômicas em que se baseia a política de guerra fria. Como conseqüência e em relação com os novos acontecimentos internacionais está em crise o sistema de alianças e do blocos imperialistas criados pela guerra fria, e, em primeiro lugar, o sistema da aliança atlântica.

Os grupos imperialistas resistiram e opuseram obstáculos ao advento de um alívio nas relações internacionais, além de impedirem que chegasse a uma conclusão razoável, embora apenas parcial, os entendimentos para a proibição das armas atômicas e para o desarmamento. Quizeram manter aberta a questão alemã, ainda não resolvida em virtude de haverem decidido rearmar unilateralmente a Alemanha Ocidental num sentido anti-soviético e pôr na ilegalidade o Partido Comunista alemão, que denuncia a volta aos métodos políticos do fascismo. Continuam a cultivar e a anunciar planos agressivos contra os países socialistas, procurando anular sua independência e intervir em suas questões internas para restaurarem o capitalismo. Impedem que a ONU assuma caráter universal, mantendo fora dela o grande povo chinês.

Os grandes países imperialistas não querem aceitar como fato consumado o fim do colonialismo. Em toda a parte em que ainda o podem fazer, procuram manter a opressão de povos e países inteiros. A Inglaterra faz reinar o terror em Kênia e em Chipre. A França reprime com ferocidade o movimento de libertação do povo argelino. Os Estados Unidos — que abateram pelas armas o governo democrático da Guatemala, que ocupam Formosa e possuem bases militares em todo o mundo, — esforçam-se por substituir o velho colonialismo por uma nova forma de domínio imperialista.

A crise aberta pela nacionalização do Canal de Suez revela que o fim do sistema colonial, abalando os alicerces de todo o edifício do imperialismo, acentua os contrastes entre os países capitalistas, pode provocar crises imprevistas e convulsões históricas, pode tornar inesperadamente agudo o perigo de aventuras militares sangüinárias e a ameaça de um novo conflito mundial. A crise de Suez ainda demonstrou, porém, que os grandes países imperialistas, perante a vontade dos povos e o poderoso campo de forças pacíficas hoje existente, não têm mais condições de fazer tudo o que desejariam. Confirmou-se ser real a perspectiva de que novos conflitos armados podem ser evitados e de que os povos podem avançar pacificamente no sentido de um futuro melhor. A causa da distensão internacional e da paz baseia-se na vigilância, na defesa ativa e na luta dos trabalhadores e dos povos.

3. — A existência de um sistema mundial de Estados socialistas é hoje para a humanidade a principal garantia de paz e de progresso.

Existe hoje na União Soviética uma sociedade que se desenvolve de acordo com as leis econômicas do socialismo. Traduzindo o progresso das forças produtivas, incomparavelmente mais rápido do que no resto do mundo, as necessidades econômicas, civis e culturais de todos os homens são satisfeitas de maneira cada vez melhor. Os demais países socialistas caminham para o mesmo objetivo. Libertos ou em vias de se libertarem dos antagonismos de classe, das crises econômicas, do desemprego, da miséria das massas, esses países enfrentam e resolvem os graves problemas herdados dos regimes anteriores, superando as contradições e os desequilíbrios em que esses regimes se baseavam. Essa marcha não decorre sem dificuldades, sem resistência e sem erros.

As condições em que ela se inicia, como também aconteceu na União Soviética, influenciam e frequentemente retardam todo o desenvolvimento no sentido do socialismo. Nas primeiras fases desse desenvolvimento a luta de classes ainda não foi plenamente superada. Fomentam-na os resíduos das classes exploradoras derrubadas, e a ação direta dos imperialismos

estrangeiros; favorecem-na as sobrevivências ideológicas do capitalismo na consciência dos homens. Outros contrastes podem surgir em virtude de erros cometidos na direção econômica e política. Tudo isso tornou possíveis fatos dolorosos e graves, como aqueles recentemente ocorridos em Poznan.

As decisões aprovadas pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética provocaram em todo o campo socialista uma poderosa reviravolta. A condenação do culto à personalidade de Stálin — porém reconhecendo a grande obra por ele realizada em prol da vitória do socialismo — e a crítica dos erros cometidos em diversas épocas sob sua direção ressaltaram a necessidade de que, superados os períodos mais duros do cerco capitalista, da guerra e da guerra fria, a sociedade socialista progrida com novo ímpeto, eliminando-se completamente a discordância que esses erros haviam gerado com a permanente substância democrática do poder socialista. Essa finalidade foi alcançada com uma solução mais rápida e melhor dos problemas que dizem respeito à elevação do nível de vida das massas; com uma cooperação mais eficaz entre os países socialistas que favoreça o aumento da produtividade em seguida a uma divisão mais racional do trabalho em escala internacional; com a plena restauração da legalidade socialista; com um processo de democratização que permita superar em todos os domínios as conseqüências do culto à personalidade, estimular a iniciativa das massas trabalhadoras, colaborar com todas as forças que possam prestar uma contribuição à construção do socialismo, e haver um progresso científico, artístico e cultural mais rápido.

O Partido Comunista da União Soviética deu o exemplo de volta aos princípios leninistas da democracia interna, do centralismo democrático e da direção coletiva, condições para a ampliação maior da democracia soviética, nas quais se expressam o poder político, a vontade e os interesses fundamentais de toda a população, em um regime econômico que assegure a mais ampla possibilidade de desenvolvimento da pessoa humana.

Rompidos os vínculos orgânicos que, sob diferentes formas, existiam no passado (Internacional Comunista, Birô de Informações) e que não mais correspondem à situação atual, os Partidos Comunistas, movimentando-se em cada país por caminhos próprios, mantêm e reforçam os vínculos de sua solidariedade internacional, à base da independência recíproca, de modo aberto, democrático, acessível à opinião pública. O internacionalismo proletário e a solidariedade internacional são fatores essenciais na luta e para a vitória sobre o capitalismo e o imperialismo. O estudo e a troca recíproca da experiência adquirida pelos diversos países e pelos vários Partidos Comunistas; em primeiro lugar, a assimilação da experiência adquirida pela União Soviética, pelo Partido Comunista que foi o primeiro a galgar o poder e que têm conquistado as maiores vitórias na construção de uma nova sociedade; a unidade ideológica, a comunidade dos grandes objetivos históricos, a fraternidade e a assistência mútua nas questões de interesse comum são condições que reforçam todo o movimento, garantia de vitória na luta pela paz, a democracia e o socialismo.

Ao mesmo tempo, tanto os comunistas como todos aqueles que são fiéis aos princípios do socialismo e querem trabalhar por realizá-los, oferece-se hoje a possibilidade e se apresenta a perspectiva de encontrar também em escala internacional novas formas de contato que criem melhor compreensão e tolerância mútua, preparem o terreno para acordos e colaboração embora parciais, aproximem o momento em que esteja superada a cisão ainda hoje existente na classe operária e nas massas trabalhadoras e que somente serve aos inimigos da democracia, do socialismo e da paz.

A correção dos erros cometidos em relação aos comunistas iugoslavos deu uma grande ajuda ao reforço dos laços de solidariedade e de fraternidade que devem reinar no movimento comunista. O Partido Comunista Italiano deu e continuará a dar nesse domínio sua colaboração eficaz, restabelecendo e mantendo relações normais com a Liga dos Comunistas Iugoslavos. O PCI continuará a cultivar as melhores relações com todos os Partidos Comunistas e, em primeiro lugar, com o Partido Comunista da União Soviética, de acordo com os princípios acima indicados.

(Continua)

"APLACAR OS ANIMOS NACIONALISTAS DO CONGRESSO" PARA REVOGAÇÃO DA POLÍTICA ATÔMICA BRASILEIRA



A EXIGÊNCIA DE UMA PUBLICAÇÃO NORTE-AMERICANA COINCIDE COM A OFENSIVA DO GOLPISMO ENTREGUISTA NAS ÚLTIMAS SEMANAS — A MESMA LINGUAGEM DOS PREGOEIROS DO GOLPE — IMPEDIR A TRANSFORMAÇÃO EM LEI DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA NUCLEAR, APROVADAS PELO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, E O QUE EXIGEM OS CÍRCULOS IMPERIALISTAS NORTE-AMERICANOS

...com tal insolência que a revista norte-americana «Nucleonics» (número de outubro) classifica a atual política nuclear do governo brasileiro, fixada nas bases propostas pelo Conselho de Segurança Nacional. A publicação, que insulta desta maneira não somente o governo do Brasil como todos os que lutaram pelas atuais diretrizes da política atômica, pertence ao grupo «A. Mc-Graw Hill Publication», ligado aos maiores grupos monopolistas lanques e geralmente considerado porta-voz dos altos círculos dirigentes dos Estados Unidos.

«Nucleonics», em seu ataque à nossa política nuclear, não foge à tola, já bastante surrada, inclusive aqui mesmo (veja-se os editoriais do «Correio da Manhã», os depoimentos de Juarez, etc.) do anti-comunismo sistemático. A revista acusa de «comunista», interessado «em uma campanha contra os Estados Unidos», todos aqueles que defenderam e defendem uma política nacionalista em relação à energia atômica.

O mais grave, no insultuoso artigo de «Nucleonics», é a confissão de que o mesmo se baseou em informações fornecidas por funcionários do Itamarati. A revelação do órgão imperialista foi recebida com revolta e, no momento, exige-se um inquérito no Ministério do Exterior (já prometido, mas ainda não aberto pelo próprio sr. Macedo Soares) Na Câmara o deputado Dagoberto Sales, que teve atuação destacada no último Congresso de Defesa dos Minérios e na Comissão Parlamentar de Inquérito Sobre a Energia Atômica, pronunciou enérgico discurso de protesto, exigindo do Itamarati que esclareça os fatos. O jornal «Última Hora», do Rio em sucessivas reportagens, denunciou a existência de uma

quinta-coluna atômica no Ministério do Exterior, publicando declarações de parlamentares que exigem providências do governo para salvaguardar os interesses nacionais.

Segundo «Nucleonics» os «altos funcionários» do Itamarati que transmitiram à revista lanque aquelas informações, acrescentaram, ainda, que havia, no governo, o propósito de aplacar «os ânimos nacionalistas» do Congresso, com o fim de impedir a conversão em lei de um projeto regulamentando os diversos aspectos do problema atômico, nos termos das diretrizes do Conselho de Segurança.

Devem-se ressaltar três fatos, em face da publicação da revista norte-americana:

1 — «Nucleonics» esclarece prático no branco, a posição dos monopolistas lanques diante da nova política nuclear brasileira. Estes consideram as diretrizes do Conselho de Segurança Nacional «levianas, incoerentes e irresponsáveis», revelando-se dispostos a lutar por sua revogação.

2) — Não por mera coincidência, os mais ferrenhos entreguistas intensificaram, a partir de outubro, sua ofensiva contra a decisão do governo. Recorde-se, a propósito, a campanha de intrigas do «Correio da Manhã» (órgão ligado à Orquima), a furiosa campanha de Juarez Távora e de outros porta-vozes do entreguismo, que passaram a concentrar o fogo de seu ataque precisamente contra a orientação nacionalista do governo na questão atômica. A isso corresponde a ofensiva golpista das últimas semanas, cujo conteúdo entreguista os órgãos do golpe («O Globo», «Tribuna da Imprensa», e o «Correio da Manhã») revelaram abertamente em seus editoriais dos dias 25-27 de novembro, quando pensavam que o golpismo estava à beira de uma vitória. Estes jornais,

em sua sofreguidão de servir ao patrão imperialista, avançaram o sinal, revelando sem subterfúgios que no bôjo do golpe viria a revogação imediata das medidas nacionalistas, em primeiro lugar da Petrobrás e das novas diretrizes da política nuclear.

3) — O não explicado e injustificável atraso em levar à prática as diretrizes aprovadas desde agosto deixa entrever que o Sr. Kubitschek vem cedendo, em certa medida, às pressões de que o governo tem sido alvo e que encontraram eco no insolente artigo de «Nucleonics».

As revelações do órgão da Mc-Graw Hill, que coincidem com a ofensiva do entreguismo golpista no país, devem ser uma advertência a todos os patriotas, no sentido de que é necessário continuar lutando para que sejam levadas à prática as diretrizes da política nuclear.



O Congresso Nacional de Defesa dos Minérios desempenhou um papel destacado na luta por uma orientação nacionalista na questão atômica. Os que dele participaram, e todos — civis e militares — que apoiaram e apoiam a solução nacionalista, em fim adotada pelo governo, por proposta do Conselho de Segurança Nacional, são acusados de «comunistas», segundo a conhecida técnica divisionista do imperialismo. (NAS FOTOS: ao alto, aspecto do Congresso dos Minérios e, em baixo, civis e militares que dele participaram, entre os quais o professor Marcelo Dany, contra quem investe «Nucleonics»).

Base Americana Para Foguetes Tele-Guiados, em F. Noronha!

REVISTA LANQUE NOTICIA A PRESENÇA, EM RECIFE, DE TÉCNICOS DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS E ATÉ DOS EMPREITEIROS DA CONSTRUÇÃO — O ITAMARATI MANOBROU CONTRA A OPINIÃO DO ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS — PRESENÇA SUSPEITA DE UM ALMIRANTE PERUANO NO RIO

«CHEGARAM a Recife, nos primeiros dias de novembro, alguns técnicos norte-americanos encarregados dos estudos para a construção de uma base aérea-naval, no Território de Fernando Noronha, para o governo dos Estados Unidos». Esta é a grave informação que se encontra na revista norte-americana (edição em português) «Visão» e que confirma denúncia já feita anteriormente no Rio. «Entre esses técnicos — acrescenta «Visão» — se contavam um representante desse governo (dos Estados Unidos — NR), o sr. Joseph Norton e o sr. Joseph Kandra, chefe da firma empreiteira, «Grove Shepherd & Wilson Kruges».

A revista afirma, ainda (está evidentemente bem informada) que a empresa já teve oportunidade de construir bases semelhantes para os Estados Unidos e que as obras da base em Fernando Noronha estão orçadas em um bilhão de cruzeiros, devendo estar concluídas dentro de quatorze meses. A concorrência foi aberta nos Estados Unidos a 22 de novembro. «Ao que parece — diz a revista — os lanques têm em vista, ainda, a exploração de certa riqueza mineral daquele arquipélago, pois se interessam pela compra de tratores e escavadeiras».

A notícia publicada em «Visão» repercutiu na imprensa diária da Capital da República. Foram exigidos esclarecimentos do governo. Os esclarecimentos, porém, não foram dados, não havendo, ainda, uma palavra oficial sobre a grave revelação.

A POSIÇÃO DO ITAMARATI

Sabe-se que o objetivo do governo norte-americano é construir, em Fernando Noronha, uma base para projéteis teleguiados. O governo dos Estados Unidos vem realizando consultas (em termos mais precisos:

pressão) junto à países latino-americanos, com o mesmo fim. O ministro da Marinha do Peru, contra-almirante Emilio Barron, declarou abertamente que o governo de seu país estaria disposto a aceitar a exis-

tência lanque — e essa declaração confirma as informações relativas aos planos do Pentágono. Outro fato significativo: o mesmo contra-almirante Barron chegou ao Rio, na última quarta-feira, procedente dos Estados Unidos. Tudo indica que sua visita ao Brasil não é estranha à questão das bases para projéteis tele-guiados. Provavelmente os senhores do Pentágono consideraram (como de véses anteriores) mais fácil de iludir a opinião pública brasileira encarregando de discutir o assunto um oficial não americano. Pelos numerosos precedentes, a presença de altas patentes norte-americanas no Brasil por si só já desperta suspeitas.

Sabe-se que o governo dos Estados Unidos dirigiu, há algum tempo, uma «consulta» ao governo brasileiro, sobre a instalação, em território brasileiro, de uma base para projéteis teleguiados. Declararam os lanques, sem rebuços (a informação de «Visão» confirma isso) que a base seria propriedade do governo dos Estados Unidos, não devendo ser tolerada nenhuma interferência nossa na mesma. Até mesmo o acesso de oficiais brasileiros às suas instalações seria proibido! A esse ponto chegou a insolência dos generais lanques!

A consulta foi encaminhada ao Estado Maior das Forças Armadas, que se manifestou contrário a que ela fosse atendida. A opinião do Estado Maior foi enviada ao Itamarati e este começou a manobrar. A essas manobras seguramente não são estranhos aqueles altos funcionários a que se referiu a revista lanque «Nucleonics».

E o fato é que o Ministério das Relações Exteriores pôs de lado o parecer do Estado Maior, abrindo caminho à pretensão norte-americana. Sem isso não se compreenderiam as informações, tão precisas, da revista «Visão», e a presença dos técnicos lanques (e já dos empreiteiros da construção) em Recife.

Diante de fatos tão graves, os patriotas brasileiros saberão exigir do governo não somente uma explicação clara, como a recusa a ceder parte de nosso território para base de guerra de uma potência estrangeira.

VOZ OPERÁRIA